



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

WILMAR MODESTO DA SILVA

HÍFEN: UM QUEBRA-CABEÇA NA VIDA DE QUEM ESCREVE

Brasília

2012

WILMAR MODESTO DA SILVA

HÍFEN: UM QUEBRA-CABEÇA NA VIDA DE QUEM ESCREVE

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília –
UniCEUB/ICPD como pré-requisito
para a obtenção de Certificado de
Conclusão de Curso de Pós-graduação
Lato Sensu, na área de Revisão de
Texto: Gramática, Linguagem,
Construção e Reconstrução dos
Sentidos.

Orientadora: Prof^a Dr^a Denise de
Aragão Costa Martins

Brasília

2012

WILMAR MODESTO DA SILVA

HÍFEN: UM QUEBRA-CABEÇA NA VIDA DE QUEM ESCREVE

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília –
UniCEUB/ICPD como pré-requisito
para a obtenção de Certificado de
Conclusão de Curso de Pós-graduação
Lato Sensu, na área de de Revisão de
Texto: Gramática, Linguagem,
Construção e Reconstrução dos
Sentidos.

Orientadora: Prof^a Dr^a Denise de
Aragão Costa Martins

Brasília, ____ de _____ de _____.

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Prof. Dr.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir as razões pelas quais o emprego do hífen em língua portuguesa é um verdadeiro quebra-cabeça para aqueles que têm a difícil tarefa de escrever e/ou de revisar textos, no dia a dia. Para dar sustentação teórica aos argumentos apresentados neste trabalho, baseou-se nos mais renomados gramáticos, linguistas e dicionaristas brasileiros, e em exemplos concretos do emprego do hífen em textos recolhidos da mídia escrita em geral, confrontados com o texto do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)*. A dificuldade do uso do hífen decorre do fato de muitas das regras constantes no *Acordo* serem extremamente subjetivas, com “esquecimentos e lacunas”, como afirma o próprio Evanildo Bechara (membro da Academia Brasileira de Letras), em seu manual *A nova ortografia*. Dessa forma, este trabalho propõe apontar as incoerências e as lacunas nas regras do *Acordo*, sobre o emprego do hífen em língua portuguesa e, quem sabe, poder contribuir para o aprimoramento dessas regras, a fim de torná-las claras e objetivas e facilitar a vida de estudantes e de usuários do português em geral e, sobretudo, daqueles que escrevem e revisam textos diariamente. Este trabalho revelou que as “bases” sobre o emprego do hífen precisam ser revistas, aprimoradas e ampliadas. Caso contrário, continuarão existindo múltiplas ortografias em vez de uma, como é a pretensão daqueles que elaboraram e/ou propuseram o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)*.

Palavras-chave: Hífen. Unidades lexicais. Locuções nominais. Palavra composta.

ABSTRACT

This study aimed to demonstrate that the use of the hyphen in the Portuguese language is a puzzle for those who have the difficult task of writing and / or revising texts in everyday life. In order to provide the arguments presented in this paper with theoretical support, the work was based on the most prestigious grammarians, linguists and Brazilian dictionary writers and solid examples of the use of hyphen in texts collected from the written media, faced with the text of the Portuguese Language Orthographic Agreement (1990). The difficulty stems from the fact that many of the rules contained in the Portuguese Language Orthographic Agreement (1990) are extremely subjective, with "gaps and omissions", as states Evanildo Bechara (member of the Academia Brasileira de Letras), in his published manual *The new orthography*. Thus, the purpose of this paper is to point out the inconsistencies and gaps in the rules of the Agreement on the use of the hyphen in the Portuguese language and perhaps to contribute to the improvement of these rules in order to make them clear and objective to ease the lives of students and users of the Portuguese in general, and among them those who write and revise texts in a daily basis. This study revealed that much need to be revised, improved and expanded regarding the rules on the use of the hyphen. Otherwise, there will always be multiple spellings instead of only one, which is the intention of those who signed the Portuguese Language Orthographic Agreement (1990).

Keywords: Hyphen. Lexical units. Noun phrases. Compound word.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 A ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	9
1.1 O sistema de escrita do português	9
1.2 O hífen e a sua utilidade	10
1.3 O hífen no acordo ortográfico (1990)	12
1.3.1 Base XV: Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares	12
1.3.2 Base XVI: Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação	13
1.3.3 Base XVII: Do hífen na ênclise, na tmese e com o verbo <i>haver</i>	15
1.4 Quando se deve empregar o hífen?	15
2. O QUE É COMPOSIÇÃO?	17
2.1 Composição na visão estruturalista	17
2.2 Composição na visão pós-estruturalista	30
2.3 Composição na visão gerativista	36
3 JUSTAPOSIÇÃO E UNIDADE SINTAGMÁTICA	39
3.1 O que é justaposição?	39
3.2 O que é unidade sintagmática?	40
4 A COMPOSIÇÃO E O EMPREGO DO HÍFEN	42
4.1 Quem está com a razão: <i>Aurélio, Houaiss ou Aulete</i> ?	48
a) conta corrente/conta-corrente	48
b) diretor-geral	49
c) diretoria-geral	49
d) governador-geral	49
e) diretor-adjunto	50
f) mala-direta	51
4.2 Subjetividades do texto do VOLP	52
4.2.1 Base XV: Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares	52
4.2.2 Base XVI – Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação	58
4.3 Discrepâncias entre o uso e a norma ortográfica	62
5 O “NÃO-” NO ACORDO ORTOGRÁFICO	65
5.1 O que dizem os especialistas sobre o “não-”	65
5.2 O “não-” no VOLP (2009) e no Houaiss (2009), após o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990	68
5.3 Análise dos dados	70
CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

A ortografia de uma língua é a tentativa de padronizar a forma gráfica de suas palavras, a fim de possibilitar a intercomunicação social universalista entre os membros de uma comunidade de falantes.

Como se trata de uma convenção social, à medida que as teorias linguísticas vão evoluindo, em tese, vão ocorrendo aprimoramentos ortográficos com o intuito de facilitar o uso da escrita para os usuários da língua. Porém, tais aprimoramentos não significam mudanças linguísticas, porque, ainda que a ortografia possa representar os sons de uma língua, ela não faz parte do sistema linguístico, já que é algo externo à língua. Além disso, unificação ortográfica não quer dizer uniformização da língua, uma vez que as línguas são o que são em virtude do uso que seus falantes fazem dela, e não por causa de acordos entre academias de letras ou por decretos governamentais.

Toda vez que ocorrem mudanças ortográficas, os profissionais que trabalham com a palavra escrita, sobretudo professores de língua materna, revisores de textos, advogados, secretárias, entre outros profissionais, sentem-se muito inseguros na hora de escreverem. Essa insegurança é fruto, principalmente, das subjetividades, das imprecisões e das lacunas existentes nos acordos, como é o caso desse último, da língua portuguesa.

Assim, a proposta deste trabalho é discutir apenas uma, mas talvez a mais polêmica, das questões ortográficas previstas no *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)*, a qual diz respeito ao emprego do hífen, na língua portuguesa. Para tanto, procedeu-se a criteriosa avaliação de cada uma das regras do *Acordo*, sobre esse assunto. Em virtude das imprecisões e das subjetividades presentes em muitas das regras, nem sempre foi possível chegar-se a uma conclusão sobre alguns aspectos abordados, dada a falta de consenso, em muitos dos casos, entre os dicionários *Aurélio*, *Aulete Digital* e *Houaiss*, como por exemplo, sobre a grafia da palavra *conta corrente* (sem hífen) para o *Dicionário Aurélio*; e *conta-corrente* (com hífen) para o *Dicionário Houaiss*, para o *Aulete Digital* e para o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)*.

Vale destacar que a maioria dos casos em que há oscilação sobre o emprego ou não do hífen decorre da falta de precisão quanto aos conceitos de “composição” e de “unidade sintagmática e semântica”, que, muitas vezes, confundem-se com o conceito de grupo sintático (ou locução). Pelo que se constatou, com base nas pesquisas realizadas, talvez seja esse o maior problema para se empregar adequadamente o hífen, em língua portuguesa. Portanto, enquanto não forem clara e objetivamente definidas as fronteiras entre “composição” e “grupo sintático”, tem-se de conviver com essa insegurança: deve-se ou não se deve empregar o hífen?

Resta ao usuário perguntar-se: se muitas das regras do *Acordo* não são esclarecedoras, como devo proceder? Baseio-me no *Aurélio*, no *Houaiss*, ou no *Aulete*? Ou no *VOLP*? Sabendo que no próprio texto do *Acordo*, parte integrante do *VOLP*, na *Base XVI, item 1º, letra “a”* (p. XXXVIII), registra-se *co-herdeiro* (com hífen e com “h”) e, depois, no vocabulário propriamente dito, registra-se *coerdeiro* (sem hífen e sem “h”), o que fazer? Qual é o “porto seguro” para o inseguro “navegador”?

E mais: no *2º item* da *Base XV*, consta que “o topónimo/topônimo *Guiné-Bissau* é, contudo, uma exceção consagrada pelo uso [da regra que recomenda não usar o hífen em nomes (de lugares) compostos].” Depois, na página XLIX, no texto do Decreto nº 6.585, de 29 de setembro de 2008, que versa sobre a entrada em vigor do *Acordo* no Brasil, lê-se *Timor-Leste*, grafado com hífen. O que demonstra que *Guiné-Bissau* não é uma exceção, porque existem também *Timor-Leste*, *Centro-Oeste*, enfim, devem existir outros itens com a mesma estrutura gráfica.

Mesmo com as possíveis falhas nos critérios adotados e/ou na avaliação de cada caso em estudo, espera-se que este trabalho possa contribuir para uma reflexão mais detida sobre o assunto em questão, com vistas a aprimorar as regras do *Acordo* sobre o emprego do hífen, a fim de que sejam claras e objetivas e, assim, contribuam para a efetiva padronização da ortografia da língua portuguesa.

Dessa forma, este trabalho está dividido em sete capítulos: o primeiro - *A ortografia da língua portuguesa* - trata do conceito de ortografia e dos elementos que a compõem; o segundo - *O hífen e a sua utilidade* - trata das normas ortográficas da língua portuguesa sobre o emprego do hífen; o terceiro - *O que é composição* - aborda o conceito de *composição* na visão de gramáticos e de

linguistas; o quarto - *O que é justaposição* – aborda o conceito de *justaposição* na visão de gramáticos e de linguistas; o quinto - *O que é unidade sintagmática* – aborda o conceito de *unidade sintagmática* na visão de gramáticos e de linguistas; o sexto - *A composição e o emprego do hífen* – trata do emprego do hífen em palavras compostas; o sétimo - *O “não-” no acordo ortográfico* – discute a situação do morfema “não-” após a implantação do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (1990).

1 A ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

1.1 O sistema de escrita do português

O sistema de escrita da língua portuguesa (LP) é alfabético. Assim sendo, cada letra ou sequência de letras representa um som distintivo no sistema linguístico. Além das letras que representam os sons vocálicos e os sons consonantais da língua, o sistema ortográfico da LP utiliza-se de sinais diacríticos que se apõem às letras com a finalidade de dar-lhes um novo valor. Estes símbolos tanto podem ser usados como marcadores de um traço fonológico, quanto podem indicar exceções de uma regra ortográfica, ou podem ser utilizados simplesmente como um recurso estilístico.

Segundo Bechara (2008, p.14), ortografia é um conjunto de normas convencionais pelas quais se representam na escrita os sons da fala. Para esse fim, utilizam-se também acentos gráficos e outros sinais diacríticos. Na ortografia oficial portuguesa, são usados três tipos de acentos, com funções específicas: o acento agudo (´), para marcar o timbre aberto da vogal de sílaba tônica (*café*); o acento circunflexo (^), para marcar o timbre fechado da vogal da sílaba tônica (*você*), e o acento grave (`), para marcar a crase.

Além desses acentos, o sistema ortográfico da LP conta com outros sinais diacríticos que são os seguintes:

- . o hífen (-): *guarda-chuva*
- . o til (~): *lã*
- . a cedilha ou cê cedilhado (ç): *açougue*
- . o apóstrofo ('): para separar conjunto vocabular como *n'Os Lusíadas*, *S'Antana*.

Também fazem parte da ortografia oficial da língua portuguesa os dígrafos ou digramas:

- . rr (erre duplo): *terra*, *carro*, *cigarro*;
- . ss (esse duplo), *sc*, *sç*, *xc*, *xs*: *passo*, *nascer*, *nasça*, *exceto*, *exsudar*;
- . ch (cê agá): *chave*, *cheiro*, *choque*, *chuva*;

- . lh (ele agá): filha, falha, palha, telha;
- . nh (ene agá): ninho, campanha, carinho;
- . gu (gê u): guerra, gueto, gaguejar;
- . qu (quê u): quilo, quero, queixa.

1.2 O hífen e a sua utilidade

Conforme se disse acima, o hífen é um sinal diacrítico que, na escrita, une diferentes vocábulos fonológicos em um único vocábulo morfológico (ou formal), ou une dois vocábulos morfológicos em um único vocábulo fonológico. A falta de correspondência entre o vocábulo fonológico e o vocábulo morfológico (formal) é que propicia a incidência do uso do hífen, que é um sinal característico da escrita.

Para explicitar esse argumento, tome-se como exemplo o vocábulo composto *para-brisa*, que é constituído por dois outros vocábulos já bastante conhecidos na LP. Com eles, formamos um vocábulo composto, isto é, um vocábulo morfológico, para expressar um conceito novo, diferente dos significados individuais de cada um dos vocábulos que o compõem.

Isso significa dizer que se formam palavras pela junção de dois elementos de significação própria, de existência independente no léxico para constituir apenas um elemento lexical. Essa junção é marcada, muitas vezes, pelo hífen, que é uma espécie de identificador da nova palavra morfológica, denominada de composta.

Como se pôde observar, no exemplo apresentado acima, os dois vocábulos formadores de um novo conceito conservam seus acentos primários /'para-'brisa/. Assim, o vocábulo *para-brisa* corresponde a um vocábulo morfológico (formal), constituído por dois vocábulos fonológicos, cada um com o seu acento primário.

Em *Estrutura da Língua Portuguesa*, Mattoso Camara Jr. (1995, p.69-70) discute a falta de correspondência entre o vocábulo fonológico e o vocábulo morfológico e a conseqüente utilização do hífen como um artifício para se harmonizar esse descompasso entre esses dois elementos, na formação de uma unidade léxica composta. Para Mattoso, a forma dependente é o primeiro exemplo,

em português, da falta de coincidência absoluta entre vocábulo fonológico e vocábulo formal. Observe-se, por exemplo, a estrutura *fala-se* /'falasi/ em que temos um único vocábulo fonológico e duas formas: uma livre (*fala*) e a outra presa (*se*).

Comparando-se as estruturas de *para-brisa* e de *fala-se*, verifica-se uma situação oposta; na primeira, tem-se a junção de dois vocábulos fonológicos que constituem um único vocábulo morfológico; na segunda, dois vocábulos morfológicos que constituem um único vocábulo fonológico. Isso demonstra que o emprego do hífen na ortografia do português é, entre outras funções, um artifício para se solucionar esse descompasso existente entre o vocábulo morfológico e o vocábulo fonológico. Em outras palavras, pode-se dizer que, nesses casos, o hífen é um artifício cuja finalidade é proporcionar a unidade de som (fonológica) ou de forma (morfológica) das palavras, nas circunstâncias acima descritas.

Cunha (2008a, p.410) define o hífen como um sinal diacrítico com que se indica que dois ou mais vocábulos formam uma unidade semântica – sinal com que se unem os pronomes enclíticos [e também mesoclíticos] a verbos dos quais são complementos. A palavra *hífen* deriva do latim tardio *hyphen*, que por sua vez, derivou-se do grego *hýphen*, que quer dizer 'juntos, em um só corpo'. Esta palavra foi introduzida no português no século XVII.

De acordo com Coutinho (1976 *apud* SILVA, 2006, p.40), inicialmente o hífen era um pequeno traço em forma de arco de concavidade voltada para cima (∩), usado abaixo de duas letras para indicar que elas pertenciam à mesma palavra. Posteriormente, passou a ser usado para unir duas palavras, época em que era representado pela letra "v" com um traço de cada lado (-v-). Mais tarde, reduziu-se ao pequeno traço que conhecemos hoje e que serve para: (a) ligar os elementos formadores das palavras compostas; (b) ligar alguns prefixos a radicais; (c) ligar pronomes oblíquos átonos aos verbos; (d) indicar a partição dos vocábulos no final da linha e ainda a divisão silábica. Entretanto, para os fins a que se propõe este trabalho, interessa o emprego do hífen em situações relacionadas aos aspectos mencionados nos itens "a" e "b".

1.3 O hífen no acordo ortográfico (1990)

Data de 1990 o sistema ortográfico vigente no Brasil – embora tenha entrado em vigor apenas em 1º de janeiro de 2009 –, e suas bases estão previstas no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)*, publicado em março de 2009, pela Academia Brasileira de Letras (ABL). As normas relativas ao emprego do hífen constam nas bases: *XV - Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares*; *XVI - Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação*; e *XVII - Do hífen na ênclise, na tmese e com o verbo haver*, as quais se transcrevem a seguir.

1.3.1 Base XV: Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares

1º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, podendo dar-se o caso de o primeiro elemento estar reduzido: *ano-luz, arcebispo-bispo, arco-íris, decreto-lei, és-sueste, médico-cirurgião, rainha-cláudia, tenente-coronel, tio-avô, turma-piloto; alcaide-mor, amor-perfeito, guarda-noturno, mato-grossense, norte-americano, porto-alegrense, sul-africano, afro-asiático, afro-luso-brasileiro, azul-escuro, luso-brasileiro, primeiro-ministro, primeiro-sargento, primo-infecção, segunda-feira,; conta-gotas, finca-pé, guarda-chuva.*

Obs.: Certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: *girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, etc.*

2º) Emprega-se o hífen nos topônimos/topônimos compostos iniciados pelos adjetivos *grã, grão* ou por forma verbal ou cujos elementos estejam ligados por artigo: *Grã-Bretanha, Grão-Pará; Abre-Campo; Passa-Quatro, Quebra-Costas, Quebra-Dentes, Traga-Mouros, Trinca-Fortes; Albergaria-a-Velha, Baía de Todos-os-Santos, Entre-os-Rios, Montemor-o-Novo, Trás-os-Montes.*

Obs.: Os outros topônimos/topônimos compostos escrevem-se com os elementos separados, sem hífen: *América do Sul, Belo Horizonte, Cabo Verde, Castelo Branco, Freixo de Espada à Cinta, etc.* O topônimo/topônimo *Guiné-Bissau* é, contudo, uma exceção consagrada pelo uso.

3º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas, estejam ou não ligadas por preposição ou qualquer outro elemento: *abóbora-menina, couve-flor, erva-doce, feijão-verde; bênção-de-deus, erva-do-chá, fava-de-santo-inácio, bem-me-quer (nome de planta que também se dá à margarida e ao malmequer); andorinha-grande, cobra-capelo, formiga-branca; andorinha-do-mar, cobra-d'água, lesma-de-conchinha; bem-te-vi (nome de um pássaro).*

4º) Emprega-se o hífen nos compostos com os advérbios *bem* e *mal*, quando estes formam com o elemento que se lhes segue uma unidade sintagmática e semântica e tal elemento começa por vogal ou *h*. No entanto, o advérbio *bem*, ao contrário de *mal*, pode não se aglutinar com palavras começadas por consoante. Eis alguns exemplos das várias situações: *bem-aventurado, bem-estar, bem-humorado; mal-afortunado, mal-estar, mal-humorado;* *bem-criado* (cf. *malcriado*), *bem-ditoso* (cf. *malditoso*), *bem-falante* (cf. *malfalante*), *bem-mandado* (cf. *malmandado*), *bem-nascido* (cf. *malnascido*), *bem-soante* (cf. *malsoante*), *bem-visto* (*malvisto*).

Obs.: Em muitos compostos, o advérbio *bem* aparece aglutinado com o segundo elemento, quer este tenha ou não vida à parte: *benfazejo, benfeito, benfeitor, benquerença*, etc.

5º) Emprega-se o hífen nos compostos com os elementos *além, alguém, recém* e *sem*: *além-Atlântico, além-mar, além-fronteiras; alguém-mar, alguém-Pirinéus; recém-casado, recém-nascido; sem-cerimônia, sem-número, sem-vergonha*.

6º) Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de *água-de-colônia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa*). Sirvam, pois, de exemplo de emprego sem hífen as seguintes locuções:

a) Substantivas: *cão de guarda, fim de semana, sala de jantar;*

b) Adjetivas: *cor de açafraão, cor de café com leite, cor de vinho;*

c) Pronominais: *cada um, ele próprio, nós mesmos, quem quer que seja;*

d) Adverbiais: *à parte* (note-se o substantivo *aparte*), *à vontade, de mais* (locução que se contrapõe a *de menos*; note-se *demais*, advérbio, conjunção, etc.);

e) Prepositivas: *abaixo de, acerca de, acima de, a fim de, a par de, à parte de, apesar de, aquando de, debaixo de, enquanto a, por baixo de, por cima de, quanto a;*

f) Conjuncionais: *a fim de que, ao passo que, conto que, logo que, por conseguinte, visto que.*

7º) Emprega-se o hífen para ligar duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam, formando, não propriamente vocábulos, mas encadeamentos vocabulares (tipo: a divisa *Liberdade-Igualdade-Fraternidade*, a ponte *Rio-Niterói*, o percurso *Lisboa-Coimbra-Porto*, a ligação *Angola-Moçambique*, e bem assim nas combinações históricas ou ocasionais de topónimos/topônimos (tipo: *Áustria-Hungria, Alsácia-Lorena, Angola-Brasil, Tóquio-Rio de Janeiro*, etc.).

1.3.2 Base XVI: Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação

1º) Nas formações com prefixos (como, por exemplo: *ante-, anti-, circum-, co-, contra-, entre-, extra-, hiper-, infra-, intra-, pós-, pré-, pró-, sobre-, sub-, super-, ultra-*, etc.) e em formações por recomposição, isto é, com

elementos não autônomos ou falsos prefixos, de origem grega e latina (tais como: *aero-*, *agro-*, *arqui-*, *auto-*, *bio-*, *eletro-*, *geo-*, *hidro-*, *inter-*, *macro-*, *maxi-*, *micro-*, *mini-*, *multi-*, *neo-*, *pan-*, *pluri-*, *proto-*, *pseud-*, *retro-*, *semi-*, *tele-*, etc.), só se emprega o hífen nos seguintes casos:

a) Nas formações em que o segundo elemento começa por *h*: *anti-higiênico*, *circum-hospitalar*, *co-herdeiro*, *contra-harmônico*, *extra-humano*, *pré-história*, *sub-hepático*, *super-homem*, *ultra-hiperbólico*, *arqui-hipérbole*, *eletro-higrômetro*, *geo-história*, *neo-helênico*, *pan-helenismo*, *semi-hospitalar*.

Obs.: Não se usa, no entanto, o hífen em formações que contêm em geral os prefixos *des-* e *in-* nas quais o segundo elemento perdeu o *h* inicial: *desumano*, *desumidificar*, *inábil*, *inumano*, etc.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento: *anti-ibérico*, *contra-almirante*, *infra-axilar*, *supra-auricular*, *arqui-irmandade*, *auto-observação*, *eletro-ótica*, *micro-onda*, *semi-interno*.

Obs.: Nas formações com o prefixo *co-*, este aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por *o*: *coobrigação*, *coocupante*, *coordenar*, *cooperação*, *cooperar*, etc.

c) Nas formações com os prefixos *circum-* e *pan-*, quando o segundo elemento começa por vogal, *m* ou *n* [além de *h*, caso já considerado atrás na alínea a]: *circum-escolar*, *circum-murado*, *circum-navegação*; *pan-africano*, *pan-mágico*, *pan-negritude*.

d) Nas formações com os prefixos *hiper-*, *inter-* e *super-*, quando combinados com elementos iniciados por *r*: *hiper-requintado*, *inter-resistente*, *super-revista*.

e) Nas formações com os prefixos *ex-* (com o sentido de estado anterior ou cessamento), *sota-*, *soto-*, *vice-* e *vizo-*: *ex-almirante*, *ex-diretor*, *ex-hospedeira*, *ex-presidente*, *ex-primeiro-ministro*, *ex-rei*; *sota-piloto*, *soto-mestre*, *vice-presidente*, *vice-reitor*, *vizo-rei*;

f) Nas formações com os prefixos tónicos/tônicos acentuados graficamente *pós-*, *pré-* e *pró* quando o segundo elemento tem vida à parte (ao contrário do que acontece com as correspondentes formas átonas que se aglutinam com o elemento seguinte): *pós-graduação*, *pós-tônico/tônico* (mas *pospor*); *pré-escolar*, *pré-natal* (mas *prever*); *pró-africano*, *pró-europeu* (mas *promover*).

2º) Não se emprega, pois, o hífen:

a) Nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por *r* ou *s*, devendo estas consoantes duplicar-se, prática aliás já generalizada em palavras deste tipo pertencentes aos domínios científico e técnico. Assim: *antirreligioso*, *antissemita*, *contrarregra*, *contrassenha*, *cosseno*, *extrarregular*, *infrassom*, *minissaia*, tal como *biorritmo*, *biossatélite*, *eletrossiderurgia*, *microssistema*, *microrradiografia*.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente, prática esta em geral já adotada também para os termos técnicos e científicos. Assim: *antiaéreo*, *coeducação*, *extraescolar*, *aeroespacial*, *autoestrada*, *autoaprendizagem*, *agroindustrial*, *hidroelétrico*, *plurianual*.

3º) Nas formações por sufixação apenas se emprega o hífen nos vocábulos terminados por sufixos de origem tupi-guarani que apresentam formas adjetivas como *-açu*, *-guaçu* e *-mirim*, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada graficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos: *amoré-guaçu*, *anajá-mirim*, *andá-açu*, *Ceará-Mirim*.

1.3.3 Base XVII: Do hífen na ênclise, na tmese e com o verbo *haver*

1º) Emprega-se o hífen na ênclise e na tmese: *amá-lo, dá-se, deixa-o, partir-lhe; amá-lo-ei, enviar-lhe-emos.*

2º) Não se emprega o hífen nas ligações da preposição *de* às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo *haver*: *hei de, hás de, hão de, etc.*

Obs.: 1. Embora estejam consagradas pelo uso as formas verbais *quer* e *requer*, dos verbos *querer* e *requerer*, em vez de *quere* e *requere*, estas últimas formas conservam-se, no entanto, nos casos de ênclise: *quere-o(s), requere-o(s)*. Nestes contextos, as formas (legítimas, aliás) *qué-lo* e *requé-lo* são pouco usadas.

2. Usa-se também o hífen nas ligações de formas pronominais enclíticas ao advérbio *eis* (*eis-me, ei-lo*) e ainda nas combinações de formas pronominais do tipo *no-lo, vo-las*, quando em próclise (por ex.: *esperamos que no-lo comprem*).

1.4 Quando se deve empregar o hífen?

Para introduzir esse assunto, apresenta-se, a seguir, uma citação extraída de Cegalla (2005, p.81, destaques nossos) a qual confirma o tema deste trabalho:

O emprego do hífen é matéria extremamente complexa e mal disciplinada pelo *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, sobretudo no que diz respeito a esse sinal em palavras formadas por prefixação, nas quais mais palpáveis são as falhas e incoerências. **Para quem escreve, o emprego do hífen é um autêntico quebra-cabeça.**

Segundo o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)*, o hífen ou traço de união deve ser empregado nas seguintes condições:

- a) para ligar compostos, locuções e encadeamentos vocabulares;
- b) para ligar palavras formadas por prefixação, por recomposição e por sufixação;
- c) para ligar os pronomes enclíticos e mesoclíticos.

Pelo que se percebe no dia a dia de usuários da língua portuguesa escrita, um dos maiores problemas para se empregar o hífen, conforme recomenda a ortografia oficial, é saber precisamente o que significa, nos termos do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)*, **palavras compostas por justaposição cujos elementos [...] constituem uma unidade sintagmática e semântica...** (destaques nossos).

Assim, o objetivo deste trabalho é mostrar que a falta de critérios objetivos para o emprego do hífen na língua portuguesa sempre foi, e tem sido, uma “pedra no sapato” daqueles que lidam diariamente com a palavra escrita. Parece que essa falta de critérios se deve justamente à inexistência de consenso dos gramáticos entre si e também de linguistas quanto ao significado de “palavra composta”, de “justaposição” e de “unidade sintagmática”.

Dessa forma, apresentam-se a seguir, os conceitos dessas expressões na visão de cada um dos especialistas abaixo mencionados.

2. O QUE É COMPOSIÇÃO?

Grosso modo, parece ser uma palavra de fácil definição no âmbito linguístico, porém não é o que se constata, conforme fica demonstrado a seguir, na opinião de gramáticos e linguístas adeptos de diferentes correntes.

2.1 Composição na visão estruturalista

Para Dubois *et alii* (1993, p.127-128), a *composição* designa a formação de uma unidade semântica a partir de elementos lexicais que possuem autonomia na língua. Assim, a *composição* opõe-se geralmente à *derivação*, que constitui unidades léxicas novas, a partir de elementos de existência dependente.

O autor afirma que não são rigorosos os critérios da composição e, que, em francês, por exemplo, a nomenclatura tradicional não reconhece como compostos termos cujos componentes se apresentam graficamente ligados (*portefeuille*, “carteira”) ou separados por um traço de união (*chou-fleur*, “couve-flor”). De acordo com essa óptica, *estrada de ferro*, é entendida como uma palavra formada pelo processo de composição.

Mattoso Camara Jr. (1992, p.76-77) define composição como a formação de uma palavra pela reunião de outras, cujas significações se complementam para formar uma significação nova. Dessa forma, ele cita como exemplos as seguintes palavras: *guarda-chuva*; *planalto* e *infelicidade*. Nesse caso, os vocábulos reunidos para formar uma composição podem, até mesmo, apresentar forma variante daquela que figura como forma livre, como *fruti-*, em vez de fruto, em *fruticultura*; ou podem só aparecer na língua como formas presas em compostos, como: *-fero* em *frutífero*, *agr-* e *-cola* em *agrícola*, etc. Para Camara Jr., do ponto de vista fonológico, o composto pode ser: a) por justaposição – *porta-bandeira*, *pré-histórico*; ou b) por aglutinação – *embora*, *infelicidade*. Do ponto de vista morfológico, pode ser um sintagma em que há subordinação de um elemento, que é o determinante, ao outro, que é o determinado: *porta-bandeira*, ou uma sequência de coordenação: *amarelo-claro*.

Ao incluir *infelicidade* entre os exemplos de palavras compostas, Mattoso Camara Jr. (1992, p.198) confirma a sua convicção de que “o prefixo [...] cria uma nova significação externa para a palavra a que se adjunge, e por isso se deve considerar o processo de prefixação como uma modalidade de composição vocabular.”

Para Manuel Said Ali (1976, p.175), palavra composta é toda combinação de vocábulos que se usa para nomear de modo especial determinados tipos de seres, ou para exprimir algum conceito novo, diferente do sentido primitivo dos elementos componentes. É o resultado da evolução e da fusão semântica dos elementos que se juntam para formar uma palavra composta. Porém, ele chama a atenção para o fato de que muitas das atuais palavras compostas, antes de se fundirem semanticamente para representar uma única ideia, passaram por um período em que não se distinguiam de outros grupos sintáticos.

Além disso, Said Ali (1976, p.175, destaques nossos) afirma que:

A par daqueles exemplos que satisfazem a todos os requisitos [de palavra composta], mostrando consumada por completo a fusão semântica, ocorrem naturalmente combinações que se acham ou parecem achar-se na fase de transição, isto é, em via de se tornarem palavras compostas. **Dificultam sobremodo a análise, não sendo de admirar que a seu respeito reine desacordo entre linguistas, classificando uns como verdadeiras palavras compostas o que a outros se afigura meros grupos sintáticos do tipo comum.**

Por outro lado, a concepção de Rocha Lima (1997, p. 200) sobre a composição de palavras é bastante semelhante às dos outros gramáticos citados neste trabalho, uma vez que, para ele, “composição é o processo pelo qual se cria uma palavra pela reunião de dois ou mais elementos vocabulares de significação própria, de tal sorte que o conjunto deles passe a formar um todo com significação nova.” No mais, não oferece nenhuma contribuição para o que se propõe este trabalho.

Evanildo Bechara (2009, p.351) define composição como a junção de duas palavras facilmente identificadas pelo falante quando empregadas em uma unidade nova, com significado novo, como: *papel-moeda*, *boquiaberto*, *planalto*. Além disso, o autor afirma que há compostos com elementos eruditos de origem grega e latina cujos elementos não aparecem isoladamente em um texto, apenas quando se juntam para criar novas palavras: *psicologia*, *agricultura*. Segundo este gramático, há ainda os compostos com elementos vernáculos, empregados na

língua de forma independente, tais como *navio-escola*, *salário-família*; ou aqueles compostos com pequenas alterações em suas formas, tais como *planalto*: *plan[o]alto*; *boquiaberto*: *boqu[i]aberto*.

Com o objetivo de mostrar a relatividade do conceito de *composição*, Bechara (2009, p.352) apresenta, também, o conceito de *lexia* (ou *sinapsia*) que, segundo ele, é uma palavra de origem grega que significa ‘junção’, ‘conexão’, ‘coleção de coisas juntas’. Constitui-se de sintagmas complexos que podem conter dois elementos, tais como: *negócio da China* (‘transação comercial vantajosa’), *pé de chinelo* (‘diz-se da pessoa de poucos recursos’), etc.

Segundo Bechara, há autores que consideram a *sinapsia* como um tipo de composição, o que torna ainda mais difícil chegar a um conceito preciso do que seja realmente uma composição. Para corroborar essa afirmação, ele transcreve as características da *sinapsia* que, teoricamente, segundo Benveniste (1976 *apud* BECHARA, 2009, p.352), a diferenciam de *composição*, quais sejam:

- a) a natureza sintática (não morfológica) da ligação dos elementos, o que muitas vezes torna difícil verificar se houve ou não lexicalização do conjunto;
- b) o emprego de transpositores (preposições);
- c) a ordem fixa *determinado + determinante*;
- d) sua forma lexical plena, e a livre escolha de qualquer substantivo ou adjetivo;
- e) a ausência de artigo antes do determinante, pois a presença do artigo romperia a unidade do conjunto, como se pode ver em *ar de família/ ar da família; casa de pensão/ casa da pensão*;
- f) a possibilidade de expansão tanto do determinado quanto do determinante, *pouco ar de família/ ar de boa família*, pois seu significado, apesar da expansão, é único e constante;
- g) o caráter único e constante do significado.

Bechara (2009, p.352) afirma que algumas das características atribuídas à *sinapsia* também são comuns à composição, o que, muitas vezes, dificulta estabelecer limites precisos entre esses dois tipos de unidades léxicas. O autor ressalta ainda que o fato de a *sinapsia* ter grande produtividade na linguagem técnica e científica gera problemas quanto à dicionarização das unidades léxicas criadas nesse âmbito, uma vez que as gramáticas e os dicionários tendem a se guiar pela ortografia oficial.

Para Cunha e Cintra (2008, p.119-120), a composição consiste na formação de uma nova palavra pela união de dois ou mais radicais. Para eles, a palavra composta representa sempre um sentido único e autônomo, muitas vezes, distanciado dos significados individuais dos seus componentes, como, por exemplo, *guarda-roupa*, que é o nome de um móvel e *sempre-viva*, o nome de uma planta.

Ainda, segundo esses autores, quanto à forma, as palavras compostas podem ser:

a) *justapostas*: quando cada uma das palavras componentes conserva a sua integridade, como: *sofá-cama*, *bem-te-vi*, *passatempo*, *segunda-feira*, *água-de-colônia*.

b) *por aglutinação*: quando, na junção das palavras, ocorre perda da integridade de um dos componentes. Nesse caso, os componentes ficam subordinados a um único acento tônico, como nestes exemplos: *aguardente* (água + ardente), *pernalta* (perna + alta), *embora* (em + boa + hora).

Além disso, os autores acrescentam que a diferença entre composição por justaposição e composição por aglutinação está no fato de que naquela os elementos componentes geralmente se ligam mediante o uso do hífen, ao passo que nesta os elementos se juntam em um único vocábulo gráfico, ou seja, o que Matoso Camara Jr. (1995, p.69-70) chama de vocábulo formal.

Quanto ao sentido, Cunha e Cintra (2008, p.120) afirmam que, em uma palavra composta, distingue-se determinado, elemento da composição que contém a ideia geral, e o determinante – o elemento que especifica ou particulariza a ideia contida no determinado. Assim, numa palavra como *escola-modelo*, *escola* é o determinado, e *modelo*, o determinante. No caso de *belas-artes*, ocorre o processo inverso, ou seja, *belas* é o determinante, e *artes*, o determinado.

Para esses dois gramáticos, nos compostos típicos da língua portuguesa, o *determinado* vem anteposto ao *determinante*, ao contrário dos compostos que entram em nossa língua por via erudita, os quais obedecem ao modelo latino de composição, em que o *determinante* vem anteposto ao *determinado*: *agricultura* (cultivo do campo); *automóvel* (que movimenta por si mesmo); *televisão* (visão à distância), entre tantos outros.

Alves (1994, p.41) define composição como um processo de formação de palavras que consiste na justaposição de bases autônomas ou não autônomas para formar uma unidade léxica que funciona morfológica e semanticamente como um único elemento, o qual não costuma apresentar formas recorrentes. Sua estrutura sintática pode ser subordinativa ou coordenativa.

A subordinação lexical pressupõe a existência de um elemento determinando e de um determinante ou vice-versa, na formação de uma unidade léxica composta. Além disso, a subordinação implica a transposição de outros fenômenos da sintaxe frasal para o nível lexical, segundo essa autora.

Na relação de subordinação entre dois substantivos, o primeiro deles (o determinado) encerra a ideia geral contida na palavra composta, ao passo que o segundo (o determinante) encerra um ideia específica, isto é, funciona como se fosse um adjetivo, qualificando o substantivo. Eis alguns exemplos citados pela autora:

- a) “Sem grandes nomes notórios a São Clemente mantém-se fiel à sua linha de **enredos-denúncias**” (JB, 14-02-88, cad. de domingo: 7, c1) (destaque nosso).
- b) “Quarentão, bem conservado, casado, uma filha de dois anos, Álvaro Dias iniciou a carreira como **político-galã**, [...] (Ve, 06-08-86: 45, c. 3) (destaque nosso).

Nesses dois exemplos, as unidades léxicas *enredos-denúncias* e *político-galã* demonstram a estrutura subordinativa existente em compostos do tipo substantivo + substantivo, em que o primeiro elemento funciona como um substantivo propriamente dito, e o segundo exerce a função adjetival, como se pode perceber de forma clara ao substituir o segundo elemento de cada um desses compostos por um adjetivo correspondente: *enredos denunciadores*; *político galanteador*.

Em conclusão, nos compostos que possuem essa estrutura (S + S), não há dúvida quanto à subordinação existente entre os dois componentes da unidade lexical, nem de que o primeiro é o determinado, e o segundo, o determinante.

Alves chama a atenção para o fato de que em “enredos-denúncias”, o segundo elemento da composição flexiona-se quanto ao número, diferentemente do que prescreve a maioria das gramáticas normativas brasileiras, segundo as quais, nesse tipo de composição, o último elemento não se flexiona.

A subordinação lexical também ocorre nas formações em que o primeiro elemento da composição é uma base verbal e o segundo é um substantivo que funciona como objeto direto do verbo, conforme se segue: *para-choque*, *porta-luvas*.

Nas composições lexicais constituídas por substantivo + adjetivo ou vice-versa, também ocorre a subordinação lexical, porquanto existe a presença de um adjetivo que, independentemente da posição (antes ou depois) em relação ao substantivo, exerce sempre a função de determinante do substantivo.

Por outro lado, Alves (1994, p. 43) também chama a atenção para o vocabulário da publicidade referente a imóveis e a hotelaria, no qual é cada vez mais comum a criação de compostos formados por numerais + substantivos, como: *um quatro dormitórios*; *um cinco estrelas*, em contextos em que “um quatro dormitórios” se refere a um apartamento com quatro dormitórios; e “um cinco estrelas” significa um hotel classificado com cinco estrelas. Neste tipo de composto, também ocorre a subordinação lexical, na qual o numeral é o determinante e o substantivo, o determinado. Note-se que nas formações com essa estrutura (numeral + substantivo), o determinante (numeral) vem sempre anteposto ao determinado (substantivo).

A função sintática coordenativa, segundo Alves (1994, p.44), ocorre quando se justapõem substantivo + substantivo; adjetivo + adjetivo; ou membros de outras classes. Isso significa que essa função só se realiza com palavras que pertencem à mesma classe gramatical. São exemplos dessa autora: *tiroteio lírico-humorístico*, *explorações rítmico-harmônicas*. Salienta a autora, ainda, que esse tipo de justaposição é muito recorrente com elementos gentílicos, como: *império austro-húngaro*, *culturas afro-europeias*, *jovem sueco-argentina*.

Além disso, Alves observa que, geralmente, nas unidades léxicas constituídas de adjetivo + adjetivo, o primeiro elemento da composição fica em sua forma erudita, que é invariável e termina em “-o”. Nesse caso, os componentes são sempre ligados por hífen, como nos exemplos que se seguem: *negociações luso-brasileiras*, *tratados franco-italianos*, *projetos hispano-brasileiros*.

Esse fenômeno da composição por justaposição coordenativa ocorre também com substantivo + substantivo: *outono-inverno*, *telespectador-eleitor*.

A autora afirma que, eventualmente, uma unidade léxica constituída de substantivo + substantivo pode exercer a função adjetival. Isso ocorre quando se omite a preposição que, teoricamente, faria a ligação entre esses dois elementos, em contextos como: coleção *outono-inverno*; o diálogo *governo-guerrilha*. Em compostos como estes, está implícita a existência da preposição, como em “coleção *para* outono e inverno”; “diálogo entre governo e guerrilha”. Parece que, em casos assim, o hífen é utilizado por uma questão prática: a lei do menor esforço e a economia de palavra(s).

Monteiro (2002, p.183), diferentemente de todos os especialistas pesquisados até aqui (CEGALLA 2005; CUNHA; CINTRA, 2008; ROCHA LIMA, 1997; BECHARA, 2009; LUFT, 1997; BASÍLIO, 2010; ROCHA, 2008; ALVES, 1994), considera como locuções muitos exemplos de palavras que, para os especialistas acima mencionados, são compostas. Apesar disso, sua definição de composição em si não difere muito do que consta nos manuais destes autores. Ele classifica como composto o vocábulo formado pela união de dois ou mais elementos lexicais, que podem estar ligados graficamente como *aguardente* e *passatempo*; ligados por hífen como *vira-lata*, *franco-italiano*; ou soltos como *Porto Alegre* e *Mato Grosso*.

Dessa forma, numa tentativa de deixar bem clara a sua posição sobre a composição de palavras, Monteiro (2002) procura mostrar a diferença entre um vocábulo composto e uma locução. Para tanto, apresenta as duas frases a seguir:

- a) O *Mato Grosso* ainda crescerá muito.
- b) O *mato grosso* ainda crescerá muito.

Segundo esse autor, desconsiderando-se as iniciais maiúsculas na primeira frase, o que fazer para se comprovar que *Mato Grosso* é um composto e *mato grosso* é uma locução?

Para estabelecer a distinção entre esses dois tipos de lexemas, ele parte do princípio de que se deve levar em conta a ordem fixa ou não dos elementos, porque, geralmente, os compostos não admitem a troca de posição de seus componentes, sem que ocorra alteração semântica. Assim, Monteiro (2002) procura mostrar que a troca de posições na primeira frase não é possível: *O *Grosso Mato* ainda crescerá muito. Ao passo que, considera possível a inversão dos componentes

na segunda frase, sem que isso provoque grande variação no sentido dela: *O grosso mato ainda crescerá muito.*

Ao mesmo tempo, esse autor destaca que, muitas vezes, a inversão de posição muda o significado e a função dos termos de uma expressão, tal como acontece em *cachorro amigo x amigo cachorro*; ou *certo homem x homem certo*. Ele acrescenta ainda que, nos nomes compostos, a manutenção do significado é comum mesmo quando há a inversão das posições dos componentes como em *franco-italiano x ítalo-francês*; *planalto x altiplano* ou *altoplano*.

Dada a relatividade desse primeiro critério de distinção entre um composto e uma locução, Monteiro (2002) propõe um segundo critério, que é a impossibilidade de intercalar determinantes aos componentes. Para comprovar isso, utiliza-se das mesmas frases:

- a) *O **Mato verde** Grosso ainda crescerá muito.
- b) O **mato verde** e *grosso* ainda crescerá muito.

Na primeira frase, não se vislumbra a possibilidade de proceder à intercalação de um determinante sem que o sentido se altere. Na segunda frase, porém, a intercalação do adjetivo “verde” não altera o sentido. Isso significa que, por esse critério, “mato grosso” é uma locução, ao passo que *Mato Grosso* deve ser considerada uma palavra composta, por não admitir a intercalação da palavra “verde”, sem provocar alterações semânticas.

Para mostrar que a definição de “composto” não é mesmo uma tarefa fácil, Monteiro (2002, p.185) afirma que “muitas locuções deixam de admitir essa possibilidade de intercalação. Ou então, teremos que considerar como nomes compostos locuções do tipo **segunda-feira, amor-perfeito, obra-prima**, etc.” (destaques do autor).

A afirmação de Monteiro (2002) demonstra que está muito longe de se chegar a um denominador comum quanto à definição do que seja um composto e do que seja uma locução na língua portuguesa, uma vez que tais “locuções” (*segunda-feira, amor-perfeito, obra-prima*) são consideradas palavras compostas por quase todos os autores de manuais normativos da língua portuguesa que se consultou até aqui, sobre esse assunto, inclusive pelo próprio *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (2009).

Ainda não convencido pelos dois critérios apresentados para distinguir um composto de uma locução (ou grupo sintático), Monteiro (2002) cita outro critério adotado por Mattoso Camara Jr., em que este afirma que a locução admite a supressão de um dos seus componentes, sem prejuízo ao sentido da unidade lexical. Para tanto, Monteiro utilizou os mesmos exemplos apresentados anteriormente:

- a) * O *Mato* ainda crescerá muito.
- b) O *mato* ainda crescerá muito.

Para complementar o seu raciocínio, Monteiro toma emprestado do próprio Camara Jr. (1992, p.76) o exemplo: *guarda-chuva*, unidade esta classificada pelo autor como palavra composta, justamente pela impossibilidade de reduzi-la a apenas um dos componentes: *o guarda* ou somente *a chuva*. O que se constata é que, se isso ocorrer, muda-se totalmente o significado, ao passo que *grande chuva* é considerada uma locução pelo fato de permitir a exclusão do determinante “grande”. Dessa forma, a construção *apanhei uma chuva* não é muito diferente semanticamente de *apanhei uma grande chuva*.

O critério proposto por Mattoso Camara Jr., assim como os outros dois apresentados anteriormente, também não se mostrou suficiente, segundo o próprio Monteiro. Ele afirma que tal critério deixa de ser válido para inúmeras situações, quanto se tratar de locuções com construções sintáticas fechadas, as quais, segundo ele, não admitem a supressão de qualquer de seus elementos, sob pena de ficarem semanticamente agramaticais. Por exemplo, as locuções adverbiais (*sem dúvida, às vezes*); prepositivas (*apesar de, de acordo com*) e conjuntivas (*para que, assim que, à medida que*).

Monteiro (2002) acrescenta ainda que há expressões que morficamente não se caracterizam como nomes compostos, assim como *pé de moleque, pé de galinha e unha de fome*, mas que nem por isso admitem a supressão de qualquer de seus elementos. Por outro lado, ele admite que “de modo inverso, essa possibilidade existe em diversos compostos alógenos (**foto** em vez de **fotografia**, **fone** por **telefone** etc.)”. No que se refere a nomes compostos de pessoas, também se pode usar um dos prenomes em vez do nome todo, tais como, em *Ana Lúcia*, em que

tanto se pode usar “Ana” como “Lúcia”; *João Pedro*, que tanto pode ser *João* como pode ser *Pedro*, entre tantos outros (destaques do autor) .

Além disso, Monteiro (2002, p.185) afirma que:

[...] pelo visto, as fronteiras que distinguem o vocábulo composto da locução são bastante imprecisas. Nossas gramáticas alistam entre os compostos muitos exemplos que, segundo o critério acima exposto [não admitir a supressão de um dos elementos] consistem em verdadeiras locuções. Estariam nesse rol **segunda-feira** (segunda), **terça-feira** (terça), **hora-aula** (aula) etc.” [destaques do autor]

E, mais adiante, ele complementa o raciocínio:

[...] parece-nos que grande parte do problema [para se distinguir composto de locução] resulta de se interpretar a composição como um mecanismo morfológico. Na realidade, na maioria das situações, tem-se um processo de natureza sintático-semântica. Nesse sentido, Ortega (1990) afirma que a composição se baseia em critérios sintáticos, havendo a suposição de que certos vocábulos têm uma estrutura interna que reflete a estrutura interna das orações e sintagmas. (MONTEIRO, 2002, p. 185)

Para corroborar as afirmações acima, Monteiro observa que em *amor-perfeito* ocorre a combinação de um substantivo + um adjetivo no plano sintático, considerando-se o processo de concordância nominal, uma vez que o substantivo “amor” é masculino singular, por isso o adjetivo “perfeito” com ele concorda, no masculino singular. Assim, conclui-se que construções oracionais podem expressar uma unidade semântica como no caso de *um maria vai com as outras, um tomara que caia* e *o não-te-esqueças-de-mim* (miosótis)

O linguista português Herculano de Carvalho (1974 *apud* MONTEIRO, 2002, p.185) estabelece apenas dois critérios básicos para se distinguir um vocábulo composto de uma locução, quais sejam: a existência de um único acento tônico e a necessidade de que os componentes sejam formas presas. Portanto, trata-se de um posicionamento que se difere muito dos conceitos de composição defendidos pelos gramáticos e pelos linguistas brasileiros de modo geral. De acordo com esse ponto de vista, palavras como *couve-flor, escola-modelo, terça-feira, corre-corre, erva-santa-maria, sempre-viva, azul-marinho, luso-brasileiro*, entre tantas outras, não são consideradas palavras compostas, mas locuções.

Voltando às ideias de Monteiro (2002, p.186), ele afirma que o problema [da distinção entre composição x locução] continua sem solução, se tratado no âmbito da morfologia, embora se proponha a buscar uma definição morfológica para o processo de composição, com base na restrição conceitual. Assim, ele sugere que

seja considerado como vocábulo composto aquele que admite pluralização apenas no último componente. Para explicitar tal proposta apresenta os seguintes exemplos:

- vaivém (vaivéns)
- auriverde (auriverdes)
- aguardente (aguardentes)
- beija-flor (beija-flores)
- malmequer (malmequeres)
- madessilva (madressilvas)

Dessa forma, de acordo com o critério proposto por Monteiro, as unidades léxicas que receberem a marca de plural em todos os componentes, ou somente no primeiro, conforme exemplos a seguir, não são palavras compostas, mas, sim, locuções ou grupos sintáticos.

- salário-família (salários-família)
- amor-perfeito (amores-perfeitos)
- quinta-feira (quintas-feiras)
- decreto-lei (decretos-leis)
- escola-modelo (escolas-modelo)

Tomando-se como base esse ponto de vista de Monteiro, as locuções são dois ou mais vocábulos com autonomia fonética e morfológica que apresentam uma unidade de significação. Conclui-se, assim, que o conceito de “locução” proposto por Monteiro coincide com o conceito de composição por justaposição de quase a totalidade dos gramáticos pesquisados para este trabalho.

Para concluir o seu ponto de vista no que se refere à identificação de um vocábulo composto, Monteiro (2002, p.187) enumera cinco critérios, embora ressalte que os três últimos não são confiáveis:

- a) flexão exclusiva do último componente;
- b) sufixação relacionada ao composto como um todo;
- c) impossibilidade de intercalação de novos determinantes;

- d) impossibilidade de disjunção ou alteração da ordem dos constituintes;
- e) impossibilidade de supressão de um dos elementos.

Dessa forma, Monteiro (2002) afirma que, quanto ao aspecto morfológico, a junção de dois ou mais semantemas gera um vocábulo composto nos seguintes casos:

- a) componentes aglutinados (planalto, aguardente);
- b) adjetivo + adjetivo (luso-brasileiro, verde-claro);
- c) componente invariável + substantivo (ave-maria, vice-rei);
- d) advérbio + adjetivo (sempre-viva);
- e) verbo + substantivo (guarda-roupa, para-raio);
- f) bases não autônomas (filósofo, agricultura).

O próprio autor admite que “essa redução demonstra cabalmente que a união de duas ou mais bases em que há uma especialização de sentido não se explica de modo pleno e satisfatório dentro da morfologia.” (MONTEIRO 2002, p.187).

Em seguida, ele lembra que nem sempre há correspondência perfeita entre os planos estruturais da língua, uma vez que

[...] pode haver um vocábulo mórfico para dois ou mais fonológicos ou, ao contrário, um só vocábulo fonológico para mais de um mórfico. Exemplificando: **o caso** (dois vocábulos mórficos e um fonológico) e **passatempo** (dois vocábulos fonológicos e um mórfico). Também entre os níveis mórfico e semântico não se deve esperar uma correlação total. Duas ou mais formas (locuções no plano sintático ou até frases) podem guardar uma unidade de significado. (MONTEIRO, 2002, p.187-188, destaques do autor).

Controvérsias à parte, há que se admitir que Monteiro traz reflexões muito interessantes sobre o processo de formação de palavras, principalmente para a morfologia e para a lexicologia. Ele afirma que as gramáticas normativas, ao estudar a composição de palavras, incluem o assunto na morfologia, mesmo se tratando de aspectos que envolvem relações de concordância ou de regência.

Outro equívoco encontrado nas gramáticas normativas, segundo Monteiro, é considerar a aglutinação e a justaposição como características exclusivas da composição, uma vez que tais processos são fonológicos e não

morfológicos, razão pela qual são passíveis de ocorrer também na derivação. Para enfatizar essa afirmação, o autor (2002, p.188-189) afirma que o conceito de “justaposição” diz respeito apenas ao fato de cada elemento manter integralmente a sua forma, preservando seu próprio acento.

A seguir, são apresentados alguns exemplos do próprio autor (p.188-189), em que ele mostra que a aglutinação e a justaposição podem ocorrer tanto na composição como na derivação:

a) *Derivação por aglutinação:*

- forma + oso = formoso
- cento + avo = centavo
- riso + onho = risonho

b) *Derivação por justaposição*

- alegre + mente = alegremente
- sabiá + zinha = sabiazinha
- sábia + zinha = sabiazinha
- florida + mente = floridamente

Observe-se, que os destaques são do próprio autor, certamente para mostrar que, na pronúncia, a sílaba tônica da palavra primitiva persiste, após o processo de derivação. Ele até mesmo contrasta /sabi'azinha/ com /'sabiazinha/ para que se possa perceber que, embora graficamente as duas palavras sejam idênticas, fonologicamente, porém, elas são distintas.

c) *Composição por aglutinação*

- perna + alta = pernalta
- água + ardente = aguardente

d) *Composição por justaposição*

- beija + flor = beija-flor
- passa + tempo = passatempo

Em seguida, Monteiro (2002, p.189, destaques do autor) conclui o assunto, afirmando que:

O equívoco está generalizado nas gramáticas portuguesas com a agravante de que a maioria dos exemplos indicados para a aglutinação (**embora, fidalgo, freguês** etc.) tem por base interpretações puramente diacrônicas. Cumpre lembrar assim que muitos exemplos oferecidos para a composição por aglutinação não passam de vocábulos simples no estágio atual da língua. Para citar apenas um autor, lemos em [Gladstone Chaves de] Melo (1970) que são compostos perfeitos vocábulos como *marechal*, *pedestal* e *vendaval*. Pelo jeito, os chamados compostos perfeitos seriam justamente aqueles que já não são compostos, mas apenas vocábulos simples.

2.2 Composição na visão pós-estruturalista

Para Azeredo (2008, p.444) “chama-se composição à união de dois ou mais lexemas para a criação de uma nova unidade fixa: *bomba-relógio, guarda-roupa, pé de vento, corre-corre, azul-piscina, fotomontagem, piscicultura*.” Para esse autor, a palavra composta possui determinadas características gramaticais e semânticas que a diferenciam de sequências de palavras comuns, tais como: *funcionário público, calça comprida, terno e gravata, noite de lua, secretária bilíngue, loção de barba, peixe de água doce, morte súbita, barriga de aluguel*. Segundo Azeredo, essas sequências são construções sintáticas estáveis, mas não são palavras compostas.

Ainda segundo Azeredo (2008, p.444), “a palavra composta é vista como uma estrutura fixa, um sintagma bloqueado gramaticalmente reinterpretado como uma unidade lexical nova”, da qual não se pode suprimir nenhum dos elementos componentes, sob pena de alterar a significação da unidade lexical, conforme exemplifica nas duas frases seguintes:

- a) Este carro tem um amplo *porta-luvas* e um minúsculo *porta-malas*.
- b) Este carro tem um amplo *porta-luvas* e um minúsculo *malas*.

Com esses exemplos, o autor procura mostrar que, ao omitir a unidade léxica “porta”, na segunda frase, muda-se o sentido do composto, uma vez que *porta-malas* é uma unidade léxica que possui forma fixa, invariável. Assim, o adjetivo *minúsculo* como determinante de *malas* fica incompatível, do ponto de vista sintático,

porque não se realiza a concordância nominal entre estas unidades léxicas. A impossibilidade de se omitir uma parte da palavra composta é denominada por Azevedo de “bloqueio”.

Comparando uma palavra composta com o sintagma estável, ele mostra que, em uma unidade léxica como *noite de lua*, pode-se inserir um adjetivo modificando apenas *lua*, ou apenas *noite*, como se pode observar: *noite de/ lua cheia*; *noite clara/de lua*. Portanto, quando a unidade léxica permite a inserção de um adjetivo e não compromete significativamente o sentido do todo é porque se trata de um sintagma estável, e não de um composto. Esta proposta de Azevedo é corroborada por Benveniste (1976 *apud* BECHARA, 2009) e por Monteiro (2002).

Por outro lado, em uma unidade lexical como *pé de vento*, é inviável a inserção de um adjetivo para caracterizar somente a palavra *pé* ou somente a palavra *vento*, conforme se pode observar: **pé de/vento arrasador* ou **pé arrasador/de vento*. A impossibilidade de inserção do adjetivo, nesse caso, é porque, segundo Azeredo, *pé de vento* é uma palavra composta, e não um sintagma estável, como se mostrou acima. Assim, o adjetivo *arrasador* só pode se referir ao todo: *pé de vento arrasador*. Portanto, com base neste critério, *noite de lua* é um sintagma estável e *pé de vento* um composto.

Do ponto de vista semântico, Azeredo considera como palavra composta uma nova unidade possuidora de novo significado. Esse novo significado pode ser resultante da soma dos significados individuais das unidades componentes, como é o caso de *papel-alumínio*, *couve-flor*, *etc.*; ou a nova significação nada tem a ver com os significados individuais de seus componentes, como é o caso de *pé de vento*, *olho de sogra*, *pente-fino*.

Segundo Azeredo (2008, p.444), exemplos como esses multiplicam-se “de forma extraordinária no léxico corrente do português por meio das criações de natureza metafórica, isto é, baseadas nas relações de semelhança, mais óbvias ou menos óbvias”, como: *orelha-de-burro*, *espada-de-são-jorge*, *beijinho de coco*, *baba de moça*, *quebra-queixo*, *água que passarinho não bebe*, *perna de pau*, *braço-direito*, *bicho do mato*, *pé de valsa*, *mal de lázaro*.

Para esse autor (2008, p.445-446), de acordo com o tipo de relação semântica de cada um dos componentes com o significado geral da unidade léxica,

as palavras compostas podem ser classificadas em dois modelos principais, conforme a seguir:

1º) O primeiro modelo refere-se àquelas palavras cujos significados são resultantes da soma dos significados individuais de cada um dos componentes, tais como: *infanto-juvenil, sócio-proprietário, diretor-gerente, rádio-gravador, editor-chefe.*

2º) O segundo modelo refere-se àquelas palavras cujos significados não são totalmente resultantes da soma de cada um de seus componentes, os quais apresentam as seguintes estruturas:

a) B+E (base + especificação): *matéria-prima, peça-chave, tíquete-refeição, seguro-saúde, seguro-desemprego, porco-espinho, azul-claro, etc.*

b) E+B (especificação + base): *ciclovía, ecossistema, hidromassagem, motosserra, apicultura, fisioterapia, agroindústria, fotomontagem, telejornalismo, radiodifusão, oleoduto, etc.*

Diferentemente dos gramáticos e dos linguistas tradicionais, Sandmann (1989, p.117) não conceitua “composição”, mas subdivide os nomes compostos em: copulativos e determinativos; endocêntricos e exocêntricos; vernáculos e não vernáculos. Com base nessas subdivisões, ele analisa a formação de substantivos e de adjetivos compostos em português, com vistas a estabelecer a distinção entre um composto e um grupo vocabular paralelo, assunto que, segundo ele, oferece grande dificuldade para gramáticos e linguistas.

O autor classifica como *copulativos* os nomes compostos em que os constituintes mantêm entre si uma relação de coordenação, como, por exemplo, o substantivo *cantor-compositor*. Neste composto, a função de cantor e a de compositor têm equivalência, ou seja, não há preponderância de uma sobre a outra.

Os compostos determinativos são aqueles em que há uma relação de subordinação de um elemento ao outro. Nesse caso, um dos elementos é o núcleo do composto e o outro é especificador daquele que é o núcleo. Em *conta-salário*, por exemplo, “conta” é o núcleo (determinado) e “salário” é o especificador (determinante). Há relação de subordinação entre determinado e determinante.

O composto copulativo, ao contrário do determinativo, é aquele em que não há hierarquia de um componente sobre o outro, como em *copa-cozinha*, com

que se nomeia-se um cômodo da casa que conjuga as funções de ser o local de preparo dos alimentos, tanto quanto o de ser o lugar em que se servem as refeições. Assim sendo, pode-se dizer que, do ponto de vista sintático, não há relação de dependência de um em relação ao outro.

Baseando-se em um *corpus* recolhido de jornais do ano de 1984, Sandmann (1989, p.127), concluiu que os compostos copulativos designam, principalmente, profissões ou ocupações, tais como: *cantor-compositor*, *cozinheira-arrumadeira*, *pecuarista-agricultor*; móveis: *mesa-console*; aparelhos: *rádio-relógio*, dependências da casa e tipos de moradia: *sala e dois quartos*, entre outros tipos menos frequentes.

Os compostos do tipo S + S (substantivo + substantivo), de acordo com Sandmann (1989), são mais fáceis de distinguir dos grupos sintáticos correspondentes do que os do tipo A + S (adjetivo + substantivo) e S + A (substantivo + adjetivo). O autor menciona o fato de que, no verbete “avião” do dicionário *Aurélio*, “avião de bombardeio”, “avião de caça”, e “avião supersônico” são considerados grupos sintáticos, ao passo que “avião-suicida” é classificado como um substantivo composto.

Além disso, o autor cita o caso de duas expressões de sentido igual, usadas para expressar a cor que o socialismo incorporou no Brasil: “socialismo moreno”, grafado sem hífen. Isso significa que foi classificado como grupo sintático, enquanto “socialismo-jenipapo”, grafado com hífen, o que significa dizer que foi considerado um substantivo composto. Segundo o autor, estes dois compostos (*avião-suicida* e *socialismo-jenipapo*) são considerados compostos por terem a estrutura S + S, o que os torna mais fáceis de serem assimilados pelo léxico do que aqueles que têm em sua constituição S + A ou locução adjetiva.

Os compostos formados por A + S (adjetivo + substantivo); S+A (substantivo + adjetivo) e S + de + S (substantivo + de + substantivo) proporcionam maior dificuldade quanto à distinção em relação aos grupos sintáticos permanentes, segundo Sandmann. Ele afirma que, quanto aos grupos formados pela união de substantivo e adjetivo, a tendência do dicionário *Aurélio*, principalmente, é considerar como composto quando o adjetivo antecede o substantivo, como: *alto-mar*, *livre-pensador*, *livre-câmbio*, *livre-culto*. Ao contrário, quando o adjetivo vem posposto ao

substantivo, este dicionário tende a considerar a unidade léxica como sintagma comum, conforme se segue: *mar alto, câmbio livre*, etc. (SANDMANN, 1989, p.132).

Em português, segundo o autor, os critérios morfológicos, fonológicos e sintáticos não oferecem tanta segurança, quanto no alemão, no que se refere à distinção entre uma palavra composta e um grupo sintático. Para ele, a palavra complexa ideal é aquela que se diferencia do grupo sintático similar da maneira mais nítida possível, pela forma e pelo conteúdo.

Além disso, ele afirma que um composto legítimo apresenta algumas características distintivas (“isolamentos”) em, pelo menos, um dos aspectos fonológico, morfológico, sintático ou semântico. Por exemplo, as duas unidades: *boia fria* (comida fria) e *boia-fria* (trabalhador rural). Essas duas unidades léxicas possuem as mesmas características morfológicas, uma vez que formam o plural da mesma maneira: *boias frias* e *boias-frias*. Do ponto de vista fonológico, a distribuição acentual é semelhante; quanto ao ponto de vista sintático, as duas unidades léxicas possuem a mesma estrutura: determinado + determinante. Assim sendo, o isolamento é semântico.

Em composto como *pontapé*, ocorre o que se chama de isolamento fonológico, isto é, a perda do acento no elemento “ponta”. Quanto ao ponto de vista sintático, é notória a diferença entre *ponta de pé* (parte do pé) em que “de pé” funciona como uma espécie de complemento de “ponta”, diferentemente de *pontapé* em que o significado evoluiu ao longo do tempo e passou a significar “pancada desferida com o pé”. Nesse caso, fica caracterizada a existência de dois isolamentos, o que, segundo Sandmann, torna mais nítida a distinção entre um nome composto e um grupo sintático paralelo, como no caso de *pontapé x ponta de pé*.

Segundo o autor, o critério semântico é o mais significativo no que se refere à distinção entre um composto e um grupo sintático; entretanto ele deixa claro que o simples fato de haver um referente distinto não é suficiente para se caracterizar um composto. O autor exemplifica com unidades léxicas como: *máquina de lavar roupa, máquina de costura, máquina de lavar louça*, a fim de mostrar que todas elas possuem referentes, embora sejam consideradas simplesmente grupos sintáticos fixos e não palavras compostas.

Quanto às unidades léxicas compostas do tipo substantivo + substantivo (*auxílio-natalidade, salário-família*), Sandmann afirma que, em português, não é comum um substantivo especificar o outro em uma sentença, razão pela qual este tipo de composição não é tão produtivo em LP. Esta afirmação talvez fosse verdadeira até 1989, quando Sandmann publicou o seu livro, porque hoje tal composição é muito comum, principalmente no que se refere a programas do governo federal, como: *bolsa-família, bolsa-escola, bolsa-estiagem, auxílio-moradia*, entre outros. Para o autor, a diferença sintática, nestes casos, é tão evidente que os compostos com essa estrutura são grafados com hífen.

Por outro lado, ele considera que, quando se trata de composições do tipo adjetivo + substantivo ou vice-versa, são maiores as dificuldades de aplicação dos critérios fonológico, morfológico e sintático, em virtude da semelhança entre compostos e grupos sintáticos equivalentes.

Para tornar menos árdua a missão de distinguir compostos de grupos sintáticos, Sandmann propõe que se analisem as unidades léxicas com base nos critérios fonológico, morfológico, sintático e semântico, a fim de encontrar algum elemento distintivo (isolamento) que permita afirmar se uma unidade léxica é ou não um composto.

Assim como os substantivos, os adjetivos compostos também podem ser, segundo Sandmann, *copulativos e determinativos*. A função predicadora dos adjetivos compostos copulativos em relação ao substantivo caracteriza-se pela dupla predicação, na qual há igualdade de condições entre os adjetivos componentes. Assim, em um exemplo como *comércio franco-brasileiro*, tanto “franco” como “brasileiro” referem-se igualmente a comércio, sem que isso caracterize a supremacia de qualquer destes dois adjetivos.

O autor considera como *composto vernáculo* aquele que é constituído de S + S, cujos elementos são de origem portuguesa. Nesse caso, a estrutura DM + DT (determinado + determinante) é a que, segundo ele, reflete a estrutura geral do sintagma nominal em português, razão pela qual é mais produtiva. São exemplos de compostos vernáculos de estrutura DM + DT: *couve-flor, público-alvo, navio-escola, salário-base*. O composto vernáculo em que o DT vem antes do DM, por sua vez, tem se mostrado bastante produtivo atualmente na mídia, segundo Sandmann

(1989, 140). Veja alguns exemplos: *chutometria* ('medidor de chute'), *egitomania* ('mania de Egito, ou de coisas do Egito'), *Eurocopa* ('Copa da Europa'). Esta estrutura dos componentes, em que o determinante vem anteposto ao determinado, assemelha-se aos compostos não vernáculos de origem latina, como: *agricultura*, *apícola*, *fraticida*, *psicultura*; e de origem grega: *psicologia*, *epiderme*, *ortografia*.

Note-se que os compostos vernáculos constituídos por S + S com estrutura DM + DT são ligados por hífen.

2.3 Composição na visão gerativista

Segundo Basílio (2010, p.33), composição é a junção de uma base a outra, na qual não há elementos fixos, nem há funções determinadas no nível dos elementos. Para essa linguista, o que define a função do processo de composição é a estrutura, de modo que cada uma das bases tem o seu papel definido de acordo com a estrutura da palavra composta. Isso quer dizer que, no caso de composições de substantivo + substantivo, tais como: *salário-família*, *carta-bilhete*, *couve-flor*, o primeiro substantivo é o núcleo da composição, ou seja, aquele que veicula a ideia geral; o segundo é o especificador ou qualificador, ou seja, aquele que restringe a ideia geral contida no primeiro substantivo.

No caso de substantivo + adjetivo ou vice-versa, o substantivo é o núcleo da composição e o adjetivo é o especificador/modificador independentemente da ordem em que as bases se colocam na composição. Nas composições de verbo + substantivo, este funciona como se fosse objeto direto do verbo: *porta-bandeira*, *lava-louça*, *guarda-chuva*, *lança-perfume*, *porta-voz*, etc.

Considerando-se essa estrutura dos compostos, Basílio (2010, p.34) afirma que:

[...] a composição é um processo de formação de palavras que utiliza fragmentos de estruturas sintáticas para fins lexicais. Isto é, mecanismos ou estruturas que são normalmente utilizadas na formação de enunciados passam a ser utilizados na função de denominar e/ou caracterizar seres, que é uma função fundamental do léxico. [...] os processos de composição permitem a nomeação ou caracterização de seres pela junção de dois elementos semânticos, de existência independente no léxico, em apenas um elemento lexical.

Embora adeptos de correntes diferentes, Mattoso Camara Jr. (1995) e Basílio (2010, p.34) compartilham a mesma ideia, de que, na composição, elementos semânticos de existência independente (vocábulos fonológicos) se juntam para formar apenas um elemento lexical (vocábulo morfológico).

Ainda segundo Basílio (2010, p.37), é comum acontecer de o significado da composição ser diferente da soma dos significados dos elementos que a compõem, uma vez que a função da composição é atribuir novos nomes a seres, objetos, eventos, com base na junção de itens lexicais distintos, já existentes na língua. Essa nomeação pode ser descritiva ou metafórica. É descritiva quando o ser ou objeto é nomeado com base em suas características mais importantes. A nomeação descritiva ocorre com maior frequência nos casos de compostos de substantivo + substantivo, como em *sofá-cama*, *navio-escola*, *papel-alumínio*, embora possa ocorrer em outros tipos de estrutura, tais como: *guarda-roupa*, *porta-estandarte*, *cana-de-açúcar*, *toca-discos*.

Paralelamente, a nomeação metafórica é aquela que ocorre não pelas características objetivas do ser, mas, sim, pela associação por metáfora ou por metonímia, segundo Basílio (2010, p.36-7), como por exemplo: *louva-a-deus* em que o inseto é caracterizado pela sua semelhança com alguém que esteja colocado em posição de oração; e *beija-flor* em que o pássaro recebe essa denominação pelo fato de colher o néctar das flores, o que se assemelha ao ato de beijar.

De acordo com Basílio (2010, p.37), em português é comum a composição de palavras ou radicais com bases presas, como em *agricultura* e *sociolinguística*, em que *agri-* e *socio-* são bases presas. A linguista afirma que esse tipo de composição é muito produtivo na linguagem formal, em virtude das constantes necessidades de nomeação na linguagem tecnológica e científica. Para ela, o uso de algumas dessas bases se tornou tão comum que estão em vias de se transformar em sufixos, como é o caso da base *log-* em palavras como *psicologia*, *ornitologia*, *patologia*, *futurologia*, etc.

Segundo Basílio (2010, p.39) “nesse tipo de composição, que envolve pelo menos uma base presa, o segundo termo é o núcleo e o primeiro é o especificador, ao contrário do que encontramos na composição de bases livres.”

Como esse tipo de composição é tipicamente utilizado na linguagem técnica e científica, as formações metafóricas não são utilizadas, apenas as descritivas.

Para Rocha (2008, p.184), a composição é um processo autônomo de formação de palavras em português, de que o falante se utiliza para criar vocábulos novos, mediante a junção de duas bases preexistentes na língua. Ele classifica a composição como um fenômeno bastante rico em LP, muito utilizado pela imprensa contemporânea. Para comprovar esse argumento, cita exemplos extraídos de Alves (1990, p.41):

- A indelicadeza de Darcy foi atenuada pelo show do *candidato-deputado-cantor* A. Timóteo.
- C. Furtado e J. Sayad não devem ter gostado de ver-se definidos como *ministros-confeitos*, destinados a enfeitar o bolo do Ministério [...]

Segundo o linguista (2008, p. 185), os usuários da língua portuguesa formaram e continuam formando grande quantidade de compostos eruditos já institucionalizados, tais como: *hipódromo*, *necrópole*, *calorífero*, *vermífugo*, *ortografia*, *oftalmologia*, etc.

Além disso, ele afirma que “tanto a linguagem científica e técnica quanto a linguagem literária e jornalística têm-se servido de bases eruditas para cunhar novos termos”, tais como: *agrotóxico*, *ciclovía*, *citricultura*, *hemeroteca*, *lipoaspiração*, *hortifrutigranjeiro*, *narcotráfico*, *ecossistema*, etc.

Vale ressaltar que Rocha (2008, p.186) defende a necessidade de se reavaliarem morfológicamente os processos de formação de palavras, sob a ótica da análise estrutural, porque, muitas vezes, um termo composto sob o ponto de vista diacrônico não mais o é sob o ponto de vista sincrônico. Dessa forma, um vocábulo que originalmente era considerado como composto pode deixar de sê-lo posteriormente. Ele cita vários exemplos de vocábulos que eram diacronicamente compostos e que hoje são sincronicamente simples:

- *arquipélago* = *arqui* (“ter primazia”) + *pélago* (“mar”)
- *paróquia* = *pará* (“junto de”) + *oikia* (“casa”)
- *sarcófago* = *sarco* (“carne”) + *fago* (“comer”)

3 JUSTAPOSIÇÃO E UNIDADE SINTAGMÁTICA

3.1 O que é justaposição?

Segundo Mattoso Camara Jr. (1992, p.151), *justaposição* é

[...] a reunião de duas formas linguísticas num vocábulo mórfico, [...] cada forma se conserva como um vocábulo fonético distinto, em virtude da pauta acentual; ex.: *pré-histórico*, *amavelmente*, *guarda-chuva*. Na escrita, em português, a justaposição é assinalada por um hífen entre as unidades justapostas, mas não de maneira absoluta e coerente [...]

Para Camara Jr., a *justaposição* em português é comum em nomes compostos, que tenham as seguintes estruturas:

- a) dois nomes: *guarda-marinha*;
- b) verbo e nome: *guarda-chuva*;
- c) dois verbos: *perde-ganha*;
- d) verbo + advérbio: *bota-fora*;
- e) reduplicação onomatopaica: *tique-taque*, *fru-fru*;
- f) dois adjetivos gentílicos: *luso-brasileiro*;
- g) adjetivo indica matizes de cor: *verde-gaio*;

Houaiss (2009, p. 1141) define *justaposição* como a “reunião, em uma só palavra com significado independente, de palavras distintas que conservam, cada uma, sua integridade fonética (p.ex.: *laranja-pera*, *porta-malas*, *madrepérola*, *cantochão*).

Ferreira (1999, p.1170), no verbete *justaposição*, remete à subentrada 7, do verbete *composição*, na página 514, no qual consta “reunião de dois ou mais radicais para a formação de uma nova palavra, a qual tem um significado único e autônomo, não raro dissociado das noções expressas pelos seus componentes.” Dessa forma, conclui-se que o autor considera *justaposição* o mesmo que *composição*.

Azeredo (2008, p.445) conceitua *justaposição* como uma forma de composição em que os lexemas que participam do composto se colocam lado a lado, conservando a acentuação própria: *bem-te-vi*, *viúva-negra*, *passatempo*, *fotomontagem*.

De acordo com Cegalla (2005, p.98), a *justaposição* é a união de duas ou mais palavras (ou radicais), sem lhes alterar a estrutura: *passatempo*, *vaivém*, *cantochão*, *girassol*, *biólogo*, *televisão*, *mata-borrão*, *sempre-viva*, *greco-latino*, *cor-de-rosa*. “Na justaposição, os elementos ora se unem com hífen, ora sem hífen.” O autor afirma que expressões como *fogão a gás*, *estrada de ferro*, *doce de leite*, *fim de semana*, *anjo da guarda*, *dona de casa* não são grafadas com hífen porque não são vocábulos compostos e por não constituírem “uma perfeita unidade semântica”.

3.2 O que é unidade sintagmática?

Segundo Dubois *et alii* (1993, p.557-558), “em linguística estrutural, chama-se *sintagma* um grupo de elementos linguísticos que formam uma unidade numa organização hierarquizada”. A palavra *sintagma* é sempre acompanhada de um adjetivo que especifica a classe gramatical, como por exemplo, sintagma nominal, sintagma verbal, sintagma preposicional, etc. O *sintagma* é constituído por uma cadeia de elementos e ele também é um constituinte de uma unidade de hierarquia superior.

As unidades linguísticas que constituem um *sintagma* podem ser morfemas lexicais ou morfemas gramaticais.

Para Mattoso Camara Jr. (1992, p. 223), *sintagma* é um termo criado por F. de Saussure “para designar a combinação de formas mínimas numa unidade linguística superior.” Acrescenta este linguista que, sem desvirtuar o princípio saussuriano, hoje entende-se como *sintagma* duas formas combinadas em que uma delas é um elemento determinante e a outra, um determinado. Isso significa que há, entre estes elementos, uma relação de subordinação, porém, “quando a combinação cria uma mera coordenação entre os elementos, tem-se, ao contrário, uma sequência.”

Ferreira (1999, p.1862) define *sintagma* como o “resultado da combinação de um determinante e de um determinado numa unidade linguística hierarquicamente mais alta, que pode ser palavra (p. ex.: *vanglória*, em que *vã* é determinante de *glória*).”

De acordo com Houaiss (2009, p.1751), *sintagma* é uma “unidade linguística composta de um núcleo (p.ex., um verbo, um nome, um adjetivo etc.) e de outros termos que a ele se unem, formando uma locução que entrará na formação da oração. “Trata-se de uma definição muito semelhante às de Camara Jr. e Ferreira.

Luft (2010, p.450) define sintagma como “cada um dos constituintes imediatos da oração enquanto classes: *sintagma substantivo ou nominal (SS ou SN)*, *sintagma adjetivo ou adjetival (SA)*, *sintagma adverbial (Sadv) [...]*”

Para Alves (1994, p.50) “processa-se a composição sintagmática quando os membros integrantes de um segmento frasal encontram-se numa íntima relação sintática, tanto morfológica quanto semanticamente, de forma a constituírem uma unidade léxica.” Para complementar o seu argumento, a autora acrescenta que:

A composição sintagmática nominal caracteriza-se por determinar uma ordem constante a suas unidades formadoras: à base determinada segue-se a [base] determinante, que pode ser introduzida por uma preposição. No interior do sintagma, os componentes do item léxico conservam as relações gramaticais características da classe a que pertencem. (ALVES, 1994, p.50).

Como se pôde perceber, não há consenso entre os autores acima mencionados quanto ao conceito de “unidade sintagmática”. Portanto, essa conceituação ainda não foi suficiente para que se tenha segurança quanto ao emprego ou não do hífen.

4 A COMPOSIÇÃO E O EMPREGO DO HÍFEN

Alves (1994, p.45) afirma que as estruturas dos compostos de substantivo + substantivo (determinado + determinante); de substantivo + substantivo (determinante + determinado); e de verbo mais substantivo (V + S) não são compatíveis com o padrão morfossintático das sentenças do português, porque não apresentam um elemento conectivo entre as partes. Segundo ela, os compostos nessas condições geralmente são grafados com hífen.

Entretanto, segundo a autora, quando se trata de compostos com estrutura S + de + S, não há critérios objetivos para o uso do hífen, razão pela qual ela propõe a distinção entre composto e grupo sintático paralelo, denominado por ela de “composição sintagmática”.

Na verdade, a tradição gramatical considera composta a unidade léxica cuja lexicalização não mais é posta em dúvida pelos falantes. Nesses casos, o hífen, ainda que arbitrário, ratifica o sentimento de lexicalização em relação ao elemento classificado como composto. Os lexicógrafos, de maneira implícita, manifestam essa diferença entre o composto, já fixo, e o sintagma, em transição, ao atribuírem entradas distintas para unidades composta e subentradas para unidades sintagmáticas. Os compostos constituídos como **meio – meio-claro, meio-copeiro, meio-couro, [...]**, por exemplo, recebem diferentes entradas no *Novo Aurélio*, enquanto os sintagmas **meio ambiente, meio a meio, meio de comunicação [...]** parte como subentradas, no verbete referente à entrada meio. (ALVES 1994, p.45, destaques da autora).

A propósito da falta de critérios objetivos para se estabelecer a distinção entre “composto” e “grupo sintático” (ou composição sintagmática), com vistas ao emprego adequado do hífen, Silva (2002, p.36), em pesquisa realizada no *Dicionário Aurélio* nas edições de 1996 e 2000, quanto às entradas das palavras “homem” e “mulher” deparou com a seguinte situação:

Na edição de 1996, tem-se para o verbete *homem* uma série de locuções do tipo: *homem da lei, homem da rua, homem de bem*, etc. E, ainda, como verbetes independentes: *homem-bom, homem-chave, homem-da-rua, homem-de-palha, homem-feito, homem-hora, homem-pássaro, homem-rã, homem-sanduíche*. Na mesma edição, para *mulher* tem-se também variadas locuções, como: *mulher à-toa, mulher da rua, mulher fatal, mulher perdida, mulher pública, mulher vadia*, etc. E como verbetes independentes, *mulher-dama, mulher-de-gamela, mulher-homem, mulher-macho, mulher-objeto, mulher-solteira*.

Segundo a autora, na edição de 2000, exceção feita aos novos verbetes: *homem-de-perna-de-pau*, *homem-grande* e *homem-mosca*, o verbe *homem* permanece com a mesma descrição da edição de 1996. Entretanto, apesar de não ter ocorrido nenhuma mudança na ortografia oficial da língua portuguesa naquele espaço de tempo, afirma Silva que, no verbe *mulher*, a mudança foi radical:

Como locuções permanecem apenas *mulher da sociedade* e *mulher de César* na expressão *ser como a mulher de César*. As expressões *mulher à-toa*, *mulher da comédia*, *mulher do fado* e *mulher pública* desapareceram. Todos os outros exemplos são agora verbetes independentes. Entre eles *mulher-da-rótula*, *mulher-da-rua*, *mulher-da-vida*, *mulher-da-zona*, *mulher-errada*, *mulher-fatal*, *mulher-perdida*, *mulher-pública* e *mulher-vadia*. Foram acrescentados, ainda, os verbetes *mulher-a-dias*, *mulher-de-pulso*, *mulher-de-verdade* e *mulher-forte*. (SILVA,2002,p.36)

A autora afirma ainda que, mesmo diante dessas significativas alterações, não consta menção alguma na edição de 2000 sobre a brusca mudança de *status* desses verbetes, nem mesmo sobre quais foram os critérios adotados para se diferenciar uma *locução nominal* de uma *palavra composta*.

A mesma falta de consenso que há entre os gramáticos e também entre os linguistas quanto aos critérios para se distinguir uma palavra composta de uma locução nominal (grupo sintático) parece ocorrer também entre aqueles que participam da equipe que elabora o *Dicionário Aurélio*.

De acordo com os dados colhidos por Silva, nas duas edições do *Aurélio* mencionadas acima, isso fica ainda mais evidente quando comparamos as unidades léxicas *mulher de pulso*, que significa 'mulher enérgica, firme' com *homem de pulso*, que significa 'homem enérgico, firme'. No primeiro caso, constata-se que, na edição de 2000, houve mudança de *status* da locução *mulher de pulso* para o composto *mulher-de-pulso*, grafado com hífen. Ao contrário, quanto à locução *homem de pulso* que, abstraindo-se a questão do gênero, possui a mesma estrutura morfológica e o mesmo significado de *mulher de pulso*, permaneceu o *status* da edição de 1996, ou seja, o de locução. Diante disso, a autora perguntou-se: “qual é o critério que justifica a divergência de tratamento lexicográfico de duas sequências linguísticas aparentemente equivalentes”? (SILVA, 2002, p.37)

Para deixar ainda mais caracterizada essa falta de critérios do dicionário em tela, Silva (2002, p.37-38) apresenta alguns exemplos de formações lexicais

aparentemente similares, mas com tratamento lexicográfico diferenciado, no *Aurélio Séc. XXI*.

Entrada de compostos em verbetes próprios	Entrada de compostos como locuções
batata-inglesa	chave inglesa
mão-inglesa	mão dupla; mão única
água-de-telhado	água de muro
água-de-coco	água de rosas
água-de-Oxalá	água dos axés
água-amarga	água doce
cravo-da-índia	papel da Índia
leite-de-soja	leite de cal

Quadro 1 – Exemplos de formações lexicais aparentemente similares com tratamento lexicográfico diferenciado.

Fonte: Silva (2002, p.37-38)

Dessa forma, apesar de não se ter chegado a um consenso – mesmo depois de considerável consulta bibliográfica – sobre o que se entende por **palavras compostas por justaposição [...] cujos elementos [...] constituem uma unidade sintagmática e semântica**, nos termos do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)*, pode-se considerar que o uso do hífen, em língua portuguesa, é devido nos seguintes casos (destaques nossos):

a) Quando o composto for constituído de **substantivo + substantivo**, em que o primeiro deles seja o determinado, e o segundo, o determinante, tais como: *conta-salário*, *auxílio-academia*, *bolsa-escola*, *auxílio-creche*, etc. A seguir, reproduzem-se exemplos colhidos da mídia:

O governador AGNELO QUEIROZ observa que, com a portabilidade bancária, os clientes têm a possibilidade de transferir a **conta-salário** para qualquer instituição financeira de sua preferência.” (*Correio Braziliense*, caderno “Economia”, 4-6-2012 – grifo nosso)

Para André Perfeito, **economista-chefe** da Gradual Investimentos, não deve haver 'corrida bancária' a pequenos e médios [bancos] para saques.” (*Folha de S.Paulo*, 6-6-2012 - destaque nosso)

O Banco Mundial (Bird) apurou esse resultado positivo ao avaliar a eficácia de um **projeto-piloto** de educação financeira implementado pelo Governo Federal entre agosto de 2010 e dezembro de 2011, que abrangeu 26 mil alunos de 900 escolas públicas do Ensino Médio.” (*Jornal de Brasília*, caderno “Economia”, 12-6-2012 – destaque nosso)

Quase um terço dos jovens (32%) são beneficiários do Programa **Bolsa-Família** e perto de 37% trabalham.” (*Jornal de Brasília*, caderno “Economia”, 12-6-2012, destaque nosso)

Embora seja quase consensual o entendimento de gramáticos e de linguistas de que compostos de S + S (determinado + determinante) devam ser ligados por hífen, em Brasília, há, pelo menos, três casos institucionalizados de “desobediência” a esta regra ortográfica, quais sejam: *Plano Piloto*, *escola classe* e *escola parque*. Nos três compostos, tem-se a estrutura de S + S, em que as palavras *plano* e *escola* constituem os núcleos (determinados) e *piloto*, *parque* e *classe* funcionam respectivamente como especificadores (determinantes) destes núcleos. Veja-se um exemplo colhido da mídia local:

[Anísio Teixeira] Instituiu na Bahia, em 1950, a primeira **Escola parque**, que procurava oferecer à criança uma escola integral. (*Correio Braziliense*, 10-4-2012, caderno “Cidades”, p. 27 – destaque nosso)

De acordo com Alves (1994), os compostos constituídos de S + S (determinado + determinante) devem ser ligados por hífen, porque esta estrutura não é compatível com o padrão morfossintático das sentenças do português, pelo fato de não apresentar um elemento conectivo entre as partes. Corroborando o argumento, Sandmann (1989) afirma que, em português, não é comum um substantivo especificar o outro em uma sentença, e que os compostos deste tipo são grafados com hífen em virtude da evidente diferença sintática.

Os nomes próprios compostos, por sua vez, são exceções a essa regra, talvez pelo fato de não ficar caracterizada neles a existência de um determinado + um determinante ou vice-versa. Em *Pedro Paulo*, por exemplo, não se pode afirmar que *Paulo* é determinante de *Pedro*, nem que *Pedro* seja o determinado em relação a *Paulo*. O fato de não haver relação de subordinação entre os constituintes talvez possa ser a justificativa para não se usar o hífen nesse tipo de composição. Entretanto, em *Belo Horizonte* e em *Mato Grosso*, por exemplo, é possível considerar a existência de determinante (Belo, Grosso) e determinado (Horizonte, Mato), embora também não sejam ligados por hífen.

b) Quando o composto for constituído por **verbo + substantivo**, no qual o substantivo funcione como objeto direto do verbo: *porta-luvas*, *guarda-roupa*, *saca-rolha*, *lança-perfume*, *porta-voz*, *pica-pau*, *busca-pé*, *tira-teima*, *guarda-comida*, *quebra-mar*, *quebra-cabeça*, *ganha-pão*, *bate-bola*, *bate-boca*, *guarda-volume*,

guarda-sol, lava-pés, mata-borrão, mata-burro, etc. Segundo Basílio (2010), neste tipo de composição, utilizam-se estruturas sintáticas (verbo + objeto direto) para fins lexicais.

A propósito da estrutura V + S, parece não haver dúvida, no português do Brasil, de que se trata de um composto necessariamente ligado por hífen.

Em português, são bastante produtivos os compostos com os lexemas *porta-* e *guarda-*, caracterizando-se uma espécie de recorrência no uso de tais elementos lexicais, de modo semelhante ao fenômeno que ocorre com os prefixos.

c) Quando o composto for constituído de **verbo + verbo** (reduplicação): *corre-corre, pega-pega, pula-pula, cai-cai, vira-vira, mexe-mexe*. Esse tipo de composição também não oferece dúvida quanto à obrigatoriedade do uso do hífen.

d) Quando o composto for constituído de **numeral + substantivo**: *segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, sexta-feira, primeiro-ministro, primeira-dama*.

Há autores que incluem, entre os compostos com essa estrutura, palavras como *bisavô, trigêmeo*, entre outros. Entretanto, parece não ser posicionamento muito coerente, uma vez que, do ponto de vista sincrônico, tais palavra não passam de simples unidades léxicas. Caso contrário, ter-se-ia de classificar como composta uma enorme quantidade de palavras que hoje são consideradas simples, a exemplo do que afirma Monteiro (2002, p.189): “o equívoco está generalizado nas gramáticas portuguesas com a agravante de que a maioria dos exemplos indicados para a [composição por] aglutinação (**embora, fidalgo, freguês** etc.) tem por base interpretações puramente diacrônicas.” Isso quer dizer que uma unidade lexical pode ser um composto do ponto de vista diacrônico, mas do ponto de vista sincrônico não passa de uma palavra simples, isto é, não composta.

e) Quando o composto for constituído por **palavra invariável + substantivo**: *ave-maria, sempre-viva, sem-teto, além-mar, recém-casado*.

Henriques (2009, p.44) afirma que “o texto do Acordo conserva o equívoco de dizer que o elemento *sem-* atua na composição. É nitidamente um prefixo, homônimo da preposição portuguesa *sem*, originária da preposição latina *sine-*”.

f) Quando o composto for constituído de **adjetivo + adjetivo**: *anglo-saxônico, claro-escuro, surdo-mudo, azul-claro, sino-japonês, nipo-chinês, franco-suíço, político-econômico, médico-cirúrgico, político-culturais, etc.*

No caso de adjetivos pátrios compostos, de modo geral, o primeiro elemento toma uma forma erudita, como *nipo* (japonês), *sino* (chinês), *italo* (italiano), *hispano* (espanhol), *franco* (francês), *austro* (austríaco), *luso* (português), *fino* (finlandês), *teuto* (alemão), *greco* (grego), *brasilo* (brasileiro), etc. Pode ocorrer também a junção de três adjetivos: político-econômico-culturais, franco-anglo-brasileiro.

g) Quando o composto se referir a espécies botânicas e zoológicas. Exemplos: *mico-leão-dourado, erva-santa-maria, pata-de-vaca, onça-pintada, mico-de-topete, fava-de-santo-inácio, banana-maçã, banana-prata, banana-ouro, etc.*

Até aqui, foram analisados casos em que há praticamente consenso entre gramáticos e linguistas quanto ao emprego do hífen em palavras compostas. Os casos mais polêmicos dizem respeito a compostos formados por S + A (substantivo + adjetivo) e por A + S (adjetivo + substantivo). Talvez o maior complicador para se distinguir um composto de um grupo sintático esteja nas unidades léxicas com a estrutura S + A, conforme afirma Sandmann:

Os compostos formados por A+S; S+A [...] proporcionam maior dificuldade quanto à distinção em relação aos grupos sintáticos permanentes. [...] nos grupos formados pela união de substantivo e adjetivo, a tendência do dicionário *Aurélio*, principalmente, é considerar como composto quando o adjetivo antecede o substantivo: *alto-mar, livre-pensador, livre-câmbio, livre-culto*. Quando o adjetivo vem posposto ao substantivo, tende a considerar essas unidades como sintagmas comuns: *mar alto, câmbio livre, etc.* (SANDMANN,1989, p.132)

A afirmação de Sandmann parece confirmar-se quando pesquisamos exemplos de compostos por substantivo + adjetivo e vice-versa em dicionários e gramáticas normativas. Os compostos formados por A + S, ligados por hífen, são encontrados mais facilmente: *longa-metragem, curta-metragem, livre-arbítrio, livre-comércio, livre-docência, livre-iniciativa, livre-troca, meio-corpo, meio-feriado, meio-fino, meio-fio, bom-dia, boa-tarde, boa-noite, curto-circuito, boa-pinta, má-criação, alto-astral, meia-lua, baixo-relevo, salvo-conduto, boas-vindas, etc.*

Por outro lado, os compostos por S + A revelaram um fato curioso: a grande maioria deles é constituída por palavras cuja identidade referida pelo

composto é identificada pela sua utilidade, função ou qualquer característica tipificadora, caracterizando-se um processo metonímico; ou quando a entidade referida pelo composto é nomeada com base numa relação de semelhança, caracterizando-se um processo metafórico (AZEREDO, 2008, p.447), como em: *mesa-redonda* (reunião de pessoas que discutem ou deliberam sobre determinado assunto); *dedo-duro* (delator); *boia-fria* (trabalhador agrícola, trabalhador que come no local do trabalho a comida que traz de casa); *mão-aberta* (gastador, perdulário); *pão-duro* (avarento); *cabra-cega* (brincadeira de criança); *lugar-comum* (chavão, clichê); *pente-fino* (submeter a exame metuculoso, crivo rigoroso); *salário-mínimo* (trabalhador que ganha salário mínimo); *cahorro-quente* (salsicha quente, servida dentro de um pão, geralmente alongado); *saia-justa* (situação desconfortável); *mala-direta* (tipo de comunicação escrita); *pé-frio* (pessoa azarada, sem sorte).

Também entre os nomes referentes à botânica e à zoologia são muito produtivos os compostos por substantivo + adjetivo, como: *batata-doce*, *feijão-carioca*, *limão-galego*, *batata-inglesa*, *amor-perfeito*, *feijão-verde*, *ipê-roxo*, *erva-doce*; *boto-branco* (espécie de peixe), *formiga-branca*, *andorinha-grande*, *martim-pescador* (pássaro), *anu-preto* (pássaro), *sapo-gigante*, *boi-bento*, *joão-bobo* (pássaro), etc.

4.1 Quem está com a razão: *Aurélio*, *Houaiss* ou *Aulete*?

Neste capítulo, pretende-se mostrar as divergências que há entre os dicionários *Aurélio*, *Aulete Digital* e *Houaiss* quanto ao tratamento lexicográfico no que se refere ao uso do hífen, nas seguintes unidades léxicas:

a) **conta corrente/conta-corrente**

1. Conta corrente: Econ. Conta bancária de depósitos à vista. 2. Cont. Na escrituração de uma empresa, conta que registra os débitos e créditos de um cliente, fornecedor, etc. 3. Cont. Em Contabilidade Pública, conta que registra receitas e despesas correntes. 4. Econ. No balanço de pagamentos, conta que registra as transações correntes. (AURÉLIO, p.567)

Conta-corrente: substantivo feminino

1 inscrição em instituição bancária que dá direito a utilizar-lhe os serviços (p.ex., receber salário, guardar dinheiro, emitir cheques, fazer investimentos etc.)

2 contabilidade entre um banco e um cliente (pessoa física ou jurídica), em que se computam os créditos e débitos desse último.

3 conta entre duas ou mais pessoas (físicas ou jurídicas) em que se registram as receitas e despesas ocorridas entre elas.

4 na balança de pagamentos internacionais, conta em que são lançadas as transações entre os países (HOUAISS, 2009, p. 533)

1 Conta-corrente: contrato que se faz num estabelecimento bancário, para ter o direito de lhe utilizar os serviços (usar seus talões de cheques, pagar e receber dinheiro, guardá-lo, transferi-lo para outrem); CONTA (AULETE, 2010)

Os dicionários *Houaiss e Aulete Digital* grafam a palavra *conta-corrente* com hífen, como um verbete normal. Para o *Aurélio*, essa unidade linguística é apenas uma locução (sintagma nominal), registrada como uma das subentradadas do verbete *conta*.

b) diretor-geral

diretor-geral substantivo masculino

Rubrica: administração

principal administrador de uma empresa, instituição, organização etc., pública ou privada, que comanda, coordena e controla o trabalho dos diretores setoriais (HOUAISS, p. 691).

diretor-geral: s. m. || funcionário que preside a uma direção-geral (é a categoria mais elevada da burocracia): Diretor-geral das alfândegas. Em alguns casos, tem o nome de administrador-geral (AULETE, 2010).

c) diretoria-geral

diretoria-geral substantivo feminino

Rubrica: administração

numa instituição ou empresa de grande porte, equipe que planeja, toma grandes decisões, preside, coordena os vários setores ali existentes (HOUAISS, p. 691).

diretoria-geral s. f. || o mesmo que direção-geral (especialmente no Brasil) (AULETE, 2010).

d) governador-geral

governador-geral substantivo masculino.

1 governador-geral: governador que tem outros governadores sob sua alçada.

2 funcionário que, na qualidade de delegado do governo central, administra uma vasta região, um país etc. Ex.: *Tomé de Sousa, primeiro g. do Brasil* (HOUAISS, p.981).

governador-geral: sm. 1 Aquele que tem outros governadores subordinados a ele. 2 Aquele que, sob o comando de um governo supremo, administra várias regiões fragmentadas sob sua responsabilidade maior: A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada por Estácio de Sá, quando Mem de Sá era o Governador-Geral. [Pl.: governadores-gerais] (AULETE, 2010).

Os compostos constituídos por um substantivo + o adjetivo *geral* – *diretor-geral*, *diretoria-geral*, *direção-geral*, *governador-geral* – são grafados com hífen pelo

Houaiss e pelo *Aulete Digital*; o *Aurélio* não registra essas unidades linguísticas, nem mesmo como locuções.

O texto do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)* não faz menção alguma sobre esse caso nas regras que tratam do emprego do hífen. Na relação das palavras que constituem o VOLP, constam as seguintes palavras: *secretário-geral*, *secretariado-geral*, *procurador-geral*, *procuradoria-geral*, *diretor-geral*, *diretoria-geral*, *cônsul-geral* e *consulado-geral*.

Com base nos exemplos de compostos acima mencionados, constituídos de *substantivo + geral*, parece ser coerente considerar que palavras como *gerente geral*, muito comum no segmento bancário brasileiro, e *administrador geral* também sejam hifenizadas por apresentarem basicamente as mesmas características fonológicas, morfológicas e sintáticas das palavras grafadas pelo VOLP, mencionadas acima. Sobre esse caso de composição, Martins (2006, p.52) afirma que:

Os substantivos modificados pelo adjetivo *geral* ligam-se a ele com hífen para indicar funcionário ou cargo hierarquicamente superior a outro da mesma categoria, lugar de trabalho ou órgão. Na quase totalidade, os exemplos apresentados a seguir constam do dicionário *Houaiss*: *administração-geral*, *administrador-geral*, *consulado-geral*, *cônsul-geral*, *direção-geral*, *diretor-geral*, *governador-geral*, *governo-geral*, *procurador-geral*, *Procuradoria-Geral*, *secretário-geral*, *vigário-geral*.

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Martins, Ledur (2008, p.51) afirma que se deve usar o hífen:

[...] nos nomes compostos que designam cargos, repartições, corporações ou agremiações, públicos ou privados, em que o último elemento é a palavra **geral**: advogado-geral, advocacia-geral, consulado-geral, diretor-geral, diretoria-geral, procurador-geral, procuradoria-geral, secretaria-geral, secretário-geral, vigário-geral. (destaque do autor)

e) diretor-adjunto

diretor-adjunto sm.

Aquele que é subordinado imediatamente ao diretor-geral, cuidando de funções específicas e substituindo-o em determinadas situações ou por delegação: diretor-adjunto de escola municipal. [Pl.: diretores-adjuntos] (AULETE, 2010).

Veja-se exemplo concreto de emprego dessa palavra: “Fizemos a pesquisa das tarifas há vários anos, mas desta vez causou surpresa a alta generalizada – afirma Paulo Arthur Góes, **diretor-executivo** do Procon-SP. (*Jornal de Santa Catarina*, 20-6-2012, destaque nosso).

A palavra *diretor-adjunto* consta apenas do *Aulete Digital*, entretanto Martins (2006, p.53) afirma que “não existe palavra composta neste caso [nome do cargo + adjetivo], segundo os dicionários, funcionando o adjetivo como mero qualificador do substantivo.” A seguir, o autor exemplifica com outras locuções com estruturas similares:

[...] assessor jurídico, assistente social, auxiliar técnico, comissão técnica, delegado substituto, delegado titular, diretor adjunto, diretor administrativo, diretor comercial, diretor executivo, diretor financeiro, diretor responsável, editor executivo, gerente administrativo, gerente comercial, juiz substituto, presidente interino, professor adjunto, professor substituto, professor titular, secretário executivo.

Martins acrescenta, ainda, que “há grande tendência, na imprensa e no serviço público, de ligar **executivo** com hífen ao substantivo que o precede. Assim, *diretor-executivo, editor-executivo, secretário-executivo* [...]” (MARTINS, 2006, p.53 - grifo do autor). Comprovando as palavras de Martins, são apresentados, a seguir, dois exemplos colhidos da mídia:

O **gerente-executivo** de private banking do BB, Yves Cardoso Fidalgo Júnior, confirma. “Se um cliente teve um sinistro com o carro e precisa acessar o seguro às 8h da manhã, por exemplo, o profissional precisa estar disponível, diz. (UOL, 19-6-2002, grifo nosso)

O mercado está pujante e mais competitivo” - disse Alexandre Luís dos Santos, **gerente-executivo** de Consórcios do BANCO DO BRASIL. (*Extra Online* – RJ, Economia, 11-6-2012, destaque nosso)

Embora esses compostos não estejam registrados nem no VOLP, nem nos dicionários pesquisados, parece bastante pertinente o comentário acima, feito por Martins, considerando-se o uso quase generalizado do hífen nos casos por ele apontados e também com base no pressuposto de que o uso é que faz a norma, e não ao contrário.

f) mala-direta

mala-direta [De *mala*¹ + o *f. de direto*]

Substantivo feminino. Market. Rel.Públ.

1.Sistema de comunicação dirigida em que o material promocional ou informativo é enviado pelo correio para público-alvo constante de determinada lista (5)

2. P. ext. Lista (5) us. para remessa de mala-direta (1). [Cf. *marketing direto*.] [Pl.: *malas-diretas*.] (AURÉLIO, p.1312)

mala direta; MKT PUB comunicação aos clientes habituais ou potenciais por meio de remessa postal de impressos (folhetos, cartas circulares, catálogos etc.) (HOUAISS, p.1219)

mala-direta sf.

1 Sistema de divulgação de produtos e serviços feito por meio de envio de remessa postal de impressos, catálogos etc. para clientes.

2 A lista com o nome e o endereço desses clientes [Pl.: malas-diretas] (AULETE, 2010).

A palavra *mala-direta*, grafada com hífen, consta no *Dicionário Aurélio e no Aulete Digital*; no *Houaiss*, porém, consta apenas como uma locução, grafada sem o hífen; no VOLP, não há registro.

4.2 Subjetividades do texto do VOLP

O emprego do hífen, em língua portuguesa, parece ter sido sempre (e ainda continua sendo) um grande obstáculo na vida daqueles que trabalham direta ou indiretamente com a língua escrita, sejam gramáticos, linguistas, jornalistas, escritores, professores, sejam eles simples usuários.

Em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, publicada em 1921, Said Ali, já naquela época, afirmava que “[as palavras compostas e os grupos sintáticos] dificultam sobremodo a análise [desse tipo de estrutura linguística], não sendo de admirar que a seu respeito **reine desacordo entre linguistas**, classificando uns como verdadeiras palavras compostas o que a outros se afigurava como meros grupos sintáticos.” (SAID ALI, 2001, p.191 – destaque nosso).

Reforçando-se essa afirmação de Ali, nesta seção serão apresentados alguns casos de divergências entre linguistas, gramáticos, lexicólogos e jornalistas a respeito do emprego do hífen, tendo como base o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)*.

4.2.1 Base XV: Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares

No item 1º, consta uma observação em que se lê: **Certos compostos**, em relação aos quais se perdeu, **em certa medida**, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: *girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, etc.*” (destaques nossos).

Acerca dessa *observação*, é possível fazer, pelos menos, três questionamentos que parecem muito pertinentes e que todo consulente do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* gostaria de fazer à Academia Brasileira de Letras - ABL, seja ele um especialista no assunto ou não.

Primeiro: o que significa objetivamente, nesse contexto, “certos compostos”? Como é que se pode saber quais são estes compostos? O fato de não haver uma lista, discriminando-os, leva o usuário da LP a empregar ou não o hífen de acordo com seu entendimento da expressão. O que parece ser pertinente para uns pode não ser para outros.

Segundo: objetivamente, o que significa a expressão “em certa medida”? Quais são os parâmetros dela? O que pode ser em “certa medida” para um, pode não ser para o outro. Como é que se pode ter segurança, ao escrever, baseando-se nesta “observação” do *Acordo*?

O especialista em ortografia, Maurício Silva, Doutor em Letras pela Universidade de S. Paulo - USP, em livro intitulado *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda*, com base nessa regra, utilizou exemplos como: *parachoque, rodaviva, cabracega, ferrovelho, ferromodelismo, bateboca e tocafitas* (SILVA, 2008, p.42). Se ele grafou assim, é porque entende que, “em certa medida”, tais “palavras” se enquadram na regra.

Vale ressaltar que o livro de Maurício Silva foi publicado no segundo semestre de 2008, quando a Academia Brasileira de Letras – ABL ainda não havia publicado o VOLP, fato que ocorreria somente em março do ano seguinte. Publicada a obra, constatou-se que os exemplos utilizados por Silva não eram compatíveis com o que consta no VOLP.

Terceiro: o que há de diferente entre “paraquedas” e “para-choque” em termos estruturais? Comparem-se as estruturas das palavras a seguir:

- . *para + queda (s) = paraqueda(s)*
- . *para + choque = para-choque*
- . *para + brisa = para-brisa*
- . *para + raio(s) = para-raio(s)*
- . *para + lama = para-lama*

Por meio da comparação, constata-se que são idênticas, pois são constituídas de verbo + substantivo (V + S) e, além disso, são muito semelhantes quanto aos aspectos fonológico, morfológico e sintático. Todas têm como primeiro elemento a forma verbal *para*, e como segundo elemento, um substantivo, resultando naquilo que Basílio (2010) denomina de estruturas sintáticas para fins lexicais, uma vez que o segundo elemento funciona como objeto direto do verbo, que é o primeiro elemento.

Apesar da obviedade das semelhanças estruturais entre os elementos lexicais acima apresentados, dos compostos por eles formados, apenas *paraquedas* é grafado aglutinadamente, enquanto os outros são grafados com hífen: *para-choque*, *para-brisa*, *para-raios*, *para-lama*. No entanto, não há qualquer justificativa no VOLP para a duplicidade de critérios quanto às grafias destas palavras compostas, teoricamente semelhantes sob os pontos de vista fonológico, morfológico e sintático.

Tratamento semelhante recebeu a palavra *mandachuva* (indivíduo influente; chefe, cabeça, líder), grafada de forma aglutinada, diferentemente do seu sinônimo *manda-tudo*, que, apesar de ter o mesmo significado e a mesma estrutura sintática, grafa-se com hífen. Portanto, não se tem um argumento objetivo que justifique a discrepância no tratamento ortográfico das duas unidades lexicais. Bechara, que é membro da Academia Brasileira de Letras e que participou da conclusão do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa 1990*, em seu livro *A nova ortografia*, afirma que “os outros compostos com a forma verbal *manda-* seguirão sendo separados por hífen conforme a tradição lexicográfica [...]” É uma explicação que nada acrescenta, em termos objetivos, porque, afinal de contas, o que diferencia *manda + chuva* de *manda + tudo*?

Para concluir o item 1º, da *Base XV*, segue-se uma observação de Silva (2008, p.45) sobre esse assunto:

Observação: atente-se para o fato de, se comparada com a regra 1, **esta se caracteriza como uma das propostas mais polêmicas do acordo**, em razão de suas bases não explicitarem os casos em que as mudanças devem ocorrer. Regra 5: “emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos [...] constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio”. Regra 1: “compostos, em relação aos quais se perdeu, ‘em certa medida’, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente.” (destaques nossos)

No item 2º, da *Base XV*, lê-se:

2º) Emprega-se o hífen nos topônimos/topônimos compostos iniciados pelos adjetivos *grã*, *grão* ou por forma verbal ou cujos elementos estejam ligados por artigo: *Grã-Bretanha*, *Grão-Pará*; *Abre-Campo*; *Passa-Quatro*, *Quebra-Costas*, *Quebra-Dentes*, *Traga-Mouros*, *Trinca-Fortes*; *Albergaria-a-Velha*, *Baía de Todos-os-Santos*, *Entre-os-Rios*, *Montemor-o-Novo*, *Trás-os-Montes*.

Obs.: Os outros topônimos/topônimos compostos escrevem-se com os elementos separados, sem hífen: *América do Sul*, *Belo Horizonte*, *Cabo Verde*, *Castelo Branco*, *Freixo de Espada à Cinta*, etc. O topônimo/topônimo **Guiné-Bissau** é, contudo, uma exceção consagrada pelo uso. (destaques nossos).

Observa-se que, nas duas últimas linhas anteriores, afirma-se que a palavra *Guiné-Bissau* é uma exceção à regra sobre os topônimos escritos sem hífen, entretanto, no texto do Decreto nº 6.585, de 29 de setembro de 2008, parte integrante do VOLP, ela é descumprida, porque também se escreve com hífen a palavra *Timor-Leste*, conforme o seguinte:

Art. 1º O Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, entre os Governos da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República de Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e da República Democrática de **Timor-Leste**, de 25 de julho de 2004, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém. (VOLP, p. XLIX – destaque nosso)

Também demonstrando incoerência quanto à ortografia do nome daquele país asiático de língua portuguesa, constam no *Houaiss* (2009, p.1844) as seguintes informações no verbete *timorense*: “adjetivo de dois gêneros e substantivo de dois gêneros (1899); relativo a **Timor Leste** (Timor Lorosa'e), país da Oceania, ou o que é seu natural ou habitante” (destaque nosso).

No *Dicionário Aurélio* (2010, p. 2042), consta, para o mesmo verbete: “Adjetivo de dois gêneros; 1. De, ou pertencente ou relativo a **Timor-Leste** (Ásia); Substantivo de dois gêneros, 2. O natural ou habitante de **Timor-Leste**; timor (destaques nossos).

A palavra *Centro-Oeste*, grafada com hífen, refere-se à região brasileira constituída por Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal, e também é um exemplo de topônimo composto que contraria a regra prevista no 2º item, da *Base XV*, do *Acordo*, que tem a palavra *Guiné-Bissau* como a exceção à regra. Sobre esse caso, não há consenso entre os dicionários *Aurélio* e *Houaiss*, quanto ao uso do hífen. Veja-se um exemplo extraído da mídia:

Mesmo com o aumento do emprego e da renda nos últimos anos, 43% dos moradores da Região **Centro-Oeste** não possuem **conta corrente** ou poupança.” (*O Popular*, Caderno “Economia”, 13-6-2012 – destaques nossos)

Outro caso bastante controvertido diz respeito ao 4º item da *Base XV*, em que consta o seguinte:

Emprega-se o hífen nos compostos com os advérbios *bem* e *mal*, quando estes formam com o elemento que se lhes segue uma unidade sintagmática e semântica e tal elemento começa por vogal ou *h*. **No entanto, o advérbio *bem*, ao contrário de *mal*, pode não se aglutinar com palavras começadas por consoante.** Eis alguns exemplos das várias situações: bem-aventurado, bem-estar, bem-humorado; mal-afortunado, mal-estar, mal-humorado; bem-criado (cf. malcriado), bem-ditoso (cf. malditoso), bem-falante (cf. malfalante), bem-mandado (cf. malmandado), bem-nascido (cf. malnascido), bem-soante (cf. malsoante), bem-visto (malvisto).(destaques nossos)

Obs.: Em muitos compostos, o advérbio *bem* aparece aglutinado com o segundo elemento, quer este tenha ou não vida à parte: benfazejo, benfeito, benfeitor, benquerença, etc.

Considerando que o advérbio *bem* termina com *m* e o advérbio *mal* termina com *l*, e que na ortografia do português não há consoantes dobradas, exceto *ss* e *rr*, seria de se esperar que, na regra, constasse a informação de que o emprego do hífen seria obrigatório também nos seguintes casos:

- a) quando o primeiro elemento da composição for *bem* e o segundo elemento começar com *m* ou com *n*: *bem-mandado*, *bem-me-quer*, *bem-nascido*.
- b) quando o primeiro elemento for *mal* e o segundo elemento começar com *l*: *mal-limpo*, *mal-lavado* (a última palavra não consta no *Houaiss*, nem no *Aulete Digital*).

Além desses descuidos, destaca-se que fica implícito, nessa regra, que o advérbio *bem* se aglutina com qualquer consoante, exceto *h*, *m* e *n*. No entanto, não é isso que ocorre, já que encontramos palavras como: *bem-bom*, *bem-casado*, *bem-comportado*, *bem-composto*, *bem-conceituado*, *bem-conformado*, *bem-criado*, *bem-disposto*, *bem-falante*, *benfeito*, *benfazejo*, *benfeitor*, *benquerença*, *bem-querer*, *bem-pensante*.

Com base nesses exemplos, percebe-se que há incoerências quanto ao emprego ou não do hífen nos seguintes pares:

- a) bem-falante x benfeito/benfeitor;
- b) bem-querer x benquerença;
- c) bem-ditoso x bendito.

Bechara (2008, p.92-93) traz as palavras *bem-dito* e *mal-limpo*. Esta consta no VOLP, mas nenhuma delas consta em nenhum dos dicionários consultados para este trabalho. A palavra *bem-ditoso* consta tanto no VOLP quanto no *Aulete Digital*.

No 6º item ainda *da Base XV*, consta que:

Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de *água-de-colônia*, *arco-da-velha*, *cor-de-rosa*, *mais-que-perfeito*, *pé-de-meia*, *ao deus-dará*, *à queima-roupa*). Sirvam, pois, de exemplo de emprego sem hífen as seguintes locuções [...]

Para se analisarem o alcance e as implicações desse item, é necessário saber quais são as “algumas exceções já consagradas pelo uso”, além das que foram enumeradas no item. Além disso, é necessário saber quais são os critérios adotados pelos especialistas da Academia Brasileira de Letras e pela Academia de Ciências de Lisboa para considerar o que vem a ser “já consagradas pelo uso”, nesse contexto.

Como explicar, por exemplo, a retirada dos hífens das palavras “pé de moleque” (doce); “pé de cabra” (ferramenta); e de “pé de galinha” (rugas no rosto)? Se realizarem uma pesquisa no Brasil para saber qual das palavras é mais conhecida ou mais usada, entre *pé de moleque* x *pé-de-meia* (pecúlio, economias), certamente a esmagadora maioria dirá que é *pé de moleque*. Qualquer criança, mesmo não escolarizada, sabe da existência de *pé de moleque*, e até mesmo já comeu o doce, ao passo que, quanto a *pé-de-meia*, proporcionalmente são pouquíssimos os brasileiros que conhecem a palavra, com este sentido.

Diante do exemplo, e certamente existem tantos outros similares, pergunta-se: qual é o critério para se considerar uma palavra como “consagrada pelo uso”? Que segurança tem um revisor de texto diante de uma regra como essa?

Além desta agravante, acrescenta-se o fato de que não consta, na *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB), a expressão “locuções substantivas”, como se lê acima na letra “a” do item 6º. Portanto, instituiu-se aí um choque entre o VOLP e a NGB.

4.2.2 Base XVI – Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação

1º) Nas formações com prefixos [,,] só se emprega o hífen nos seguintes casos:

a) Nas formações em que o segundo elemento começa por *h*: *anti-higiênico*, *circum-hospitalar*, *co-herdeiro* [...]

No texto do *Acordo*, grafa-se *co-herdeiro* (com hífen e com “h”) na página XXVIII, do VOLP; entretanto, na página 201 do vocabulário propriamente dito, lê-se *coerdeiro*. Nesse caso, como é que o consulente do VOLP lida com a contradição? Considera o que está escrito no texto original do *Acordo* (*co-herdeiro*), ou o que consta no vocabulário (*coerdeiro*)?

Além desse caso, há ainda no mesmo item, a seguinte observação:

Obs.: Não se usa, no entanto, o hífen em formações que contêm em geral os prefixos *des-* e *in-* nas quais o segundo elemento perdeu o *h* inicial: *desumano*, *desumidificar*, *inábil*, *inumano*, etc.

Quanto à “observação” acima, como é que aquele que escreve ou que revisa textos vai identificar as “formações [...] nas quais o segundo elemento perdeu o *h* inicial”? Suponha-se uma palavra que se inicie com *h*, e que seja pouco conhecida ou que esteja sendo vista pela primeira vez, como por exemplo, *hiatizar*, *hagiônimo*, *hachurar*, etc. É possível, sem consultar um dicionário, ter segurança em grafar: **desiatizar*, **desachurar*, **desagiônimo* **inagiônimo*, **inachurar*, **iniatizar*?

Como se vê, essa regra é muito subjetiva e vai causar dúvidas sempre em quem escreve, por conseguinte, é mais fácil consultar um dicionário, se bem que isso não é garantia de que a grafia que consta no dicionário esteja correta, haja vista os já mencionados casos de *conta corrente/conta-corrente*; *bem-dito/bendito/mal-limpo*.

A próxima regra a ser analisada refere-se à letra “b” do item 1º (p. XXVIII do VOLP), a qual prevê que se deve empregar o hífen:

Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento: *anti-ibérico*, *contra-almirante*, *infra-axilar*, *supra-auricular*, *arqui-irmandade*, *auto-observação*, *eletro-ótica*, *micro-onda*, *semi-interno*.

Obs.: Nas formações com o prefixo *co-*, este aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por *o*: *coobrigação*, *coocupante*, *coordenar*, *cooperação*, *cooperar*, etc.

Constata-se que o texto do *Acordo* não contemplou os prefixos: *re-* quando se liga a palavras que se iniciam com *e* (*reeleger, reencontrar*); *pré-*, quando se liga a palavras iniciadas por *e* (*preexistente, preestabelecer*); e *pró-*, quando se liga a palavras iniciadas pela letra *o*, como nos casos de *proótico, proóstraco* e *prooamico*. Destas três palavras, as duas primeiras constam no VOLP, escritas sem hífen; o *Aurélio* registra apenas *pro-óstraco*, com hífen; e *proamico*, sem hífen, consta apenas no *Aulete Digital*. O *Houaiss*, por sua vez, não registra nenhuma dessas palavras.

Os desencontros quanto ao emprego ou não do hífen nessas três palavras ilustram bem a falta de critérios, ou ainda, a adoção de critérios diferentes pelos dicionários e também pelo VOLP. Certamente isso é resultado de diferentes interpretações do texto do *Acordo*. Mais desconcertante ainda é que o próprio VOLP registra *proótico* e *proóstraco*, sem hífen, à revelia da regra constante no texto do *Acordo*.

A seguir, os registros dos verbetes acima, constantes nos dicionários *Aurélio* e *Aulete Digital*:

pro-óstraco [De *pro*-¹ + *-óstraco*.]

Substantivo masculino.

1. Câmara anterior, prolongada, da concha dos belenites. (AURÉLIO, p. 1720)

prooamico; Adj. (embríol.) || anterior à fertilização. F. *Pro...* +gr. *gamos* (união)+iço. (AULETE, 2010)

A regra correspondente à letra “c” do item 1º da *Base XVI* (p. XXVIII do VOLP) prevê o uso do hífen nos seguintes casos:

Nas formações com os prefixos *circum-* e *pan-*, quando o segundo elemento começa por vogal, *m* ou *n* [além de *h*, caso já considerado atrás na alínea a]: *circum-escolar, circum-murado, circum-navegação; pan-africano, pan-mágico, pan-negritude*.

Também nesse caso, o texto do *Acordo* não contemplou as palavras iniciadas pela letra *p* e *b*, quando o prefixo é *pan-*. Diante do “esquecimento”, Bechara (2008, p.100), no livro *A nova ortografia*, em uma seção denominada por ele de *adendo*, acrescenta que “[se emprega o hífen] quando o 1º elemento termina por *m* ou *n* e o 2º elemento começa por vogal, *h*, *m*, *n*, **b** ou **p**.” (grifo nosso). Cita como exemplos: *pan-brasileirismo* e *pan-psiquismo*.

Quando a primeira tiragem da 5ª edição do VOLP foi publicada, em março de 2009 (note-se que o livro de Bechara foi publicado em 2008, provavelmente no

segundo semestre), constatou-se que, na página 615, consta a palavra *panpsiquismo* (*sic*), grafada com *n* antes do *p*, contrariando aquela velha regra (convenção) que se diz que “antes de *p* e de *b* só se usa *m*”. Na página anterior, além de *pan-brasileirismo*, registram-se também *pan-babilonismo*, *pan-brasileirista*, *pan-brasileirístico* e *pan-brasileiro*.

No segundo semestre de 2009, em menos de seis meses após a publicação da 5ª edição do VOLP, saiu o *Encarte de Correções e Aditamentos à 5ª edição*, cujo texto transcreve-se a seguir:

Prezado leitor,

As duas listas seguintes são de Correções e Aditamentos a verbetes da 5ª edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)*, elaborado pela Academia Brasileira de Letras, em consonância com o novo Acordo Ortográfico.

Da primeira lista constam correções a erros de revisão, em um total de 0,004% de um universo lexical de quase 390 mil palavras.

Da segunda lista, de Aditamentos, constam complementos de informações para os quais também solicitamos atenção e compreensão dos consulentes da 5ª edição do VOLP.

Assim, na página 5 do *Encarte*, constam as seguintes palavras: *pambrasileirismo*, *pambrasileirista*, *pambrasileirístico* e *pambrasileiro*, todas escritas com *m* antes do *b*, em substituição àquelas formas escritas com *n* antes do *b*. No entanto, não consta no documento a correção de *panpsiquismo* (*sic*), escrito com *n* antes do *p*. Apesar disso, os três dicionários consultados para esse trabalho registram igualmente *pampsiquismo*.

A regra a seguir correspondente à letra “f” do item 1º da Base XVI (p. XXVIII do VOLP), a qual prevê o uso do hífen nos seguintes casos:

Nas formações com os prefixos tônicos/tônicos acentuados graficamente *pós-*, *pré-* e *pró* quando o segundo elemento tem vida à parte (ao contrário do que acontece com as correspondentes formas átonas que se aglutinam com o elemento seguinte): *pós-graduação*, *pós-tônico/tônico* (mas *pospor*); *pré-escolar*, *pré-natal* (mas *prever*); *pró-africano*, *pró-europeu* (mas *promover*).

Sobre os prefixos: *pré-*, *pós-*, Almeida (1996, p.430) afirma que:

O significado é um só tanto para as formas em que o formulário impõe o enfeite acadêmico do hífen quando para as palavras que são dadas no fim da observação [...] Por que *poscéfalo* ao lado de *pós-dorsal*; *pospor*, sem nenhum enfeite, ao lado de *pós-datar*, com dois balangandãs? Por que *precordial*, *prefixo*, *predefinição* *precondição* junto de *pré-constitucional*, *pré-aviso*? Por que *posparto* ao lado de *pós-meridiano*, *pré-consciente* junto de *presciente*? Por que alude o relator a ‘evidência dos seus significados’? **Não é o significado desses prefixos quando aglutinados o mesmo de quando duplamente adornados?** (destaques nossos)

Segundo as gramáticas normativas, as formas acentuadas *pré-*, *pós-* e *pró* devem ligar-se a palavras que possuem vida própria no idioma, ao passo que as formas átonas devem se ligar sempre a palavras que não têm vida própria nele. Não é o que acontece; por essa razão, as palavras de Almeida parecem confirmar este fato, conforme se pode observar a seguir nos pares de palavras com tais prefixos: *pré-ajustar/preanunciar*; *pós-colonial/pospor*.

Não é preciso ser um especialista em língua portuguesa para perceber que *ajustar*, *anunciar*, *colonial* e *por* são palavras que têm vida própria na língua, que são independentes, que são bases livres. Sendo assim, o argumento de que as formas átonas de tais prefixos só se ligam a bases presas não se sustenta, porque o que se viu foi ao contrário: tanto *pré-* e *pós-* quanto *pre-* e *pos-* ligam-se a bases livres.

Além disso, é preciso destacar que, nessa comparação, tanto *pré-*, como *pre-* acrescentam à base a ideia de anterioridade, de antecedência: *pré-ajustar* – ajustar com antecedência; *preanunciar* – anunciar com antecedência. Quanto a *pós-* e *pos-*, também possuem o mesmo significado, com a ideia de *posterioridade*, *após*: *pós-colonial*, que vem depois do período colonial; *pospor*: que vem depois, posto após. Isso demonstra que realmente não há razão para empregar o hífen em alguns casos e em outros não.

Dos três prefixos (*pré-/pre-*; *pró-/pro-*; *pós-/pos-*), o que proporciona maior dificuldade para aqueles que escrevem ou que revisam textos é *pré-/pre-*. Por essa razão, serão apresentados a seguir outros exemplos com palavras formadas com esse prefixo, com o objetivo de mostrar que se trata do mesmo elemento mórfico.

- *pré-encolher*: encolher previamente (tecido);
- *preestabelecer*: determinar previamente, estabelecer de antemão;
- *preexistir/preexistente*: existir/existente antes de
- *pré-formar*: formar-se com antecedência;
- *prefixar*: fixar antecipadamente
- *pré-traçar*: traçar ou planejar previamente.

Grosso modo, caso se avaliem as formas e os significados dos verbos acima, constatar-se-á que o significado do prefixo *pré-/pre-* é idêntico. Assim sendo, não se justifica o fato de empregar o hífen em alguns casos e em outros não.

4.3 Discrepâncias entre o uso e a norma ortográfica

As discrepâncias existentes entre a norma ortográfica da língua portuguesa e o uso das palavras na escrita, certamente decorrem da enorme subjetividade e da falta de clareza na descrição das regras do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)*, o que torna difícil a padronização do uso, já que cada um, inclusive especialistas no assunto, vai escrever as palavras de acordo com a sua interpretação das regras.

A seguir, serão confrontadas as normas do *Acordo* com os usos na mídia brasileira em geral.

Garoto enxaqueca ganha perdão. Após mais um caso para engrossar o já vasto histórico de episódios de indisciplina, atacante Jobson recebe nova chance da diretoria do Botafogo. (*Correio Braziliense*, 10-4-2012, caderno ‘**Super Esportes**’, p. 2, destaques nossos)

Nesse caso, tem-se o emprego de duas palavras cujas formações não estão conforme prescreve o *Acordo*. Em *garoto enxaqueca*, o emprego do hífen é obrigatório porque se trata do tipo de composição S + S, em que o primeiro elemento é o determinado (aquele que traz a ideia básica do composto) e o segundo, o determinante (aquele que especifica a ideia geral contida o primeiro elemento; portanto, *garoto-enxaqueca*).

Em *Super Esportes*, tem-se uma palavra formada pelo processo de derivação prefixal por justaposição (MONTEIRO, 2002), cujo prefixo é o morfema *super*, que, segundo a norma, deveria estar ligado à palavra *esportes*, formando um só vocábulo fonológico e formal: *superesportes*. Isso decorre de que este prefixo é uma forma presa, que só se liga à base por hífen sempre que a base se iniciar com *r* ou com *h*.

A onda de violência que tomou conta da capital federal derrubou o **comandante-geral** da Polícia Militar. (*Correio Braziliense*, 10-4-2012, caderno “Cidades”, p. 21 – destaque nosso)

Nem mesmo a ameaça de punição e a repreensão pública feita pelo **corregedor-geral** da Polícia Militar, coronel [...] (*Correio Braziliense*, 10-4-2012, caderno “Cidades”, p. 22, destaque nosso)

Os dois exemplos – *comandante-geral* e *corregedor-geral* – referem-se àquela formação constituída de substantivo que indica cargo + *geral*, acerca da qual, embora o *Acordo* não preveja nenhuma regra específica, Martins (2006) e Ledur

(2008) defendem o ponto de vista de que, neste tipo de composição, o emprego do hífen é devido. Além disso, o próprio VOLP registra exemplos do emprego do hífen nesse caso: *secretário-geral, secretariado-geral, diretor-geral, etc.*

No entanto, [Aldo Mendes, diretor do Bacen] adiantou que incluirá regras para o pagamento feitas pelo governo às pessoas por celular, no que diz respeito a benefícios sociais como o INSS e o programa **Bolsa Família**. (*Mercado Bancário/Brasil Econômico*, 11-4-2012, caderno “Finanças” – destaque nosso).

Esse texto mostra o exemplo da palavra *bolsa família* grafada sem hífen. Trata-se da mesma regra de *garoto-enxaqueca*, tratado acima. Nesse caso, o emprego do hífen é obrigatório, por se tratar de palavra composta por S + S, em que *garoto* é o núcleo e *família* é o especificador do núcleo.

O estudante de gestão de saúde coletiva Valmir Lopes, 20 anos, é um dos líderes do movimento **Sem Câmpus**. (*Correio Braziliense*, 19-4-2012, caderno “Cidades”, p. 52, destaque nosso)

Em *Sem Câmpus*, deveria ter empregado o hífen porque o antepositivo *sem*, segundo o *Acordo*, deve-se ligar com hífen a qualquer base, independentemente da letra com que se inicie essa base. Portanto, deveria estar grafada: *sem-câmpus*.

A mediação será do **sub-editor** de Cultura do Correio, Sérgio Maggio. (*Correio Braziliense*, 28-3-2012, caderno ‘Diversão & Arte’, p. 2, destaque nosso).

Segundo o *Acordo*, o prefixo *sub-* só se liga por hífen quando a base iniciar com *b*, *r* e *h*. Portanto, a grafia dessa palavra é *subeditor*, sem hífen, porque a base se inicia pela vogal *e*.

A redução será de 11% para 10% ao ano mais TR, podendo cair para 9,5% ao ano, se o cliente pagar em dia suas prestações, e para 9% ao ano se também mantiver sua **conta salário** no BB. (*Metro-SP*, 4-6-2012, caderno “Economia”, destaque nosso).

Assim como *garoto-exaueca* e *bolsa-família*, *conta-salário* também deve ser grafada com hífen, pelo mesmo motivo. Em outras palavras, trata-se de uma palavra composta por S + S, em que o primeiro elemento é o núcleo da composição e o segundo elemento funciona como se fosse um adjetivo, especificando o núcleo. Neste caso, o emprego do hífen é obrigatório, conforme consta no exemplo a seguir:

O governador AGNELO QUEIROZ observa que, com a portabilidade bancária, os clientes têm a possibilidade de transferir a **conta-salário** para qualquer instituição financeira de sua preferência. (*Correio Braziliense*, 4-6-2012, caderno “Economia”, destaque nosso)

Nos textos que se seguem, temos exemplos claros da falta de padronização da ortografia no que se refere ao emprego do hífen, fato que, certamente, decorre da dificuldade que se tem em interpretar as regras constantes no *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)*, e, também, em virtude das omissões que existem no texto, por exemplo, nas composições que envolvem a palavra “geral”, como se mostrou acima.

Tem-se aqui, *diretor executivo* com e sem hífen; *gerente geral* com e sem hífen, mostrando-se justamente a dificuldade que têm os redatores em lidar com as regras do *Acordo*.

O **diretor-executivo** da Redecard, Carlos Henrique Zanvettor, diz que o crediário da operadora estará disponível, neste início de operação [...] *UOL ONLINE*, 3-6-2012, caderno ‘economia’, destaque nosso)

José Cechin e Sandro Leal respectivamente, **diretor executivo** e **gerente geral** da Fenasaúde. (*Correio Braziliense*, 15-5-2012, caderno 1 “Opinião”, destaques nossos).

Segundo Mauro Calil, **gerente-geral** do Instituto Nacional dos Investidores (INI), as vantagens da poupança são claras: facilidade para resgate e isenção do Imposto de Renda (IR). (*O Globo*, 4-6-2012, caderno “Economia”, destaque nosso).

5 O “NÃO-” NO ACORDO ORTOGRÁFICO

Este capítulo trata da condição do “não-” no *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)*, implantado no Brasil em 1º de janeiro de 2009, e procura mostrar que é incoerente o uso deste elemento sem o emprego do hífen. Além disso, postula-se a gramaticalização desse morfema como um prefixo. Para tanto, os dados para a análise desse caso foram coletados dos dicionários *Houaiss da Língua Portuguesa (2001)* e *Aurélio – Século XXI (1999)*, portanto são dados com a grafia anterior ao *Acordo*.

5.1 O que dizem os especialistas sobre o “não-”

Apresentamos, a seguir, as entradas “não-“ e “não” constantes no *Dicionário Houaiss (2001, p.1994-1995)*:

Não- el.comp. antepositivo, seguido de hífen; Gonçalves Viana (1931) só registra *não-filho* s.m. e *não-me-deixes* s.m. ‘planta ornamental’; Rebelo Gonçalves (1956) registra nove voc. com essa form., todos subst. masc., o V.O. [Vocabulário Ortográfico] (1981) registra mais de 50 voc. com essa form., incluindo subst. masc., subst. fem. e adj.; a explosão em português, dessa averbação é seguramente provinda da prática que está modernamente ocorrendo (depois de 1945) em fr. e em ingl, em que o el. *non* é vivido como pref. lat., sem conexão semântica e morfológica com os recursos de negação das línguas em causa; a rigor, em port., ‘um tratado de não agressão com a Argentina’ ou ‘um tratado de não-agressão com a Argentina’, o gênero não animado em latim arcaico’ ou ‘o gênero não-animado em latim arcaico’ e [...] demandam dificilmente a compactação morfológica do hífen por motivos funcionais ou semânticos; tal compactação parece mais acentuada no modelo *não + subst.do* que no modelo *não + adj*; por outro lado, no modelo *não + verbo* ela praticamente inexiste [...]

Na segunda entrada, “**Não adv.** (1113 cf. JM’) **1** Expressa negação [...]”

Em seguida, são apresentadas as seguintes entradas, com o morfema “não-

não-agressão, não-alinhado, não-alinhamento, não-aromático, não-asonância, não-beligerância, não-beligerante, não-combatente, não-conformismo, não-conformista, não-contradição, não-cooperação, não-cumprimento, não-discriminação, não-disjunção, não-engajado, não-engajamento, não-essencial, não-eu, não-euclidiano, não-existência, não-existente, não-ficção, não-fumante, não-holonômico, não-holônomo, não-iluminado, não-intervenção, não-intervencionismo, não-intervencionista, não-ligado, não-localizado, não-me-deixes, não-me-esqueças, não-metal, não-me-toquense, não-me-toques, não-nulo, não-orientável, não-participante, não-passeiforme, não-periódico, não-proliferação, não-salariado (sugere-se nesse caso não usar o hífen): trabalhador não

salariado.; não-sei-quê, não-sei-que-diga (diabo), não-ser, não-singular, não-te-esqueças, não-te-esqueças-de-mim (planta), não-viciado, não-violência, não-vocábico.

No *Dicionário Novo Aurélio – Século XXI* (p. 1390/1391), no verbete “não”, encontra-se o seguinte:

Não. [Do lat. *non*.] Adv. 1. Exprime negação [...]” Na sequência, são apresentadas as seguintes entradas, com *não*-:

não-agressão, não-alinhado, não-alinhamento, não-arredondado, não-beligerância, não-combatente, não-compartilhado, não-conformismo, não-conformista, não-conservativo, não-contável, não-contradição, não-disjunção, não-distribuído, não-empresarial, não-engajado, não-engajamento, não-essencial, não-eu, não-euclidiano, não-fazer-nada, não-ficção, não-formal, não-fumante, não-governamental, não-holônimo, não-holônimo, não-iluminado, não-intervenção, não-intervencionista, não-inversor, não-letrado, não-ligado, não-linear, não-linguístico, não-localizado, não-me-deixes, não-me-esqueças, não-metal, não-me-toquense, não-me-toques, não-natural, não-nulo, não-operacional, não-padrão, não-participante, não-periódico, não-poder, não-popularidade, não-saturado, não-segmental, não-sei-quê, não-sei-que-diga (diabo), não-seletivo, não-ser, não-simétrico, não-singular, não-sofrer, não-sofrimento, não-te-esqueças-de-mim (planta), não-tendencioso, não-verbal, não-viciado, não-viesado, não-violência, não-volátil.

Apesar de apresentar a relação com 66 entradas com o antepositivo “não-”, o *Dicionário Aurélio* não faz qualquer menção à função deste elemento, quanto ao processo de formação de palavras.

Também, na mesma linha, Bechara, Cunha e Cintra, Rocha Lima e Said Ali, nas respectivas gramáticas, não fazem menção ao “não-“ utilizado como elemento formativo em posição à esquerda da base. Comprovando essa constatação, Duarte (1999, p.167) afirma que, “entre os gramáticos tradicionais, há reticência quanto ao fato de *não*- poder formar novas unidades vocabulares a partir de adjetivos e substantivos.”

Bueno (1963, p. 330 *apud* DOLINSKI 1993) afirma que “[...] muito comumente (a língua) emprega *não*, *sem*, a fim de destruir o sentido afirmativo dos vocábulos”, e Ribeiro (1957, p. 225), também citado por Dolinski (1993), em *Estudos gramaticais e filológicos*, afirma que o *não*- “se prefixa a alguns vocábulos: *não-atividade*, *não-conformista* [...] *não-intervenção*.” (grifos do autor)

Mais adiante, Ribeiro acrescenta que “*não*- entra como prefixo em algumas palavras portuguesas como ocorria com o *ne* na composição dos vocábulos latinos *nihil* de *ne hilum*, *nemo* de *ne hemo*, *não-existência*, *não-eu*, *não-conformista*, *não-condutor*, *não-efetivo*, *não-elétrico*, *não-concorrência*.” (destaques do autor)

Para Cunha e Cintra (2001, p. 84), “tanto os sufixos como os prefixos formam novas palavras que **conservam de regra uma relação de sentido com o radical** derivante; processo distinto da composição, que forma palavras não raro dissociadas pelo sentido dos radicais componentes.” (destaques nossos)

Bechara (1999, p.338) afirma que “[...] os prefixos têm mais força significativa, podem aparecer como formas livres (isto é, ter existência independente na língua) e não servem, como aqueles [sufixos], para determinar uma nova categoria gramatical.”

Almeida (1996, p.356), assim se manifesta sobre o “não-“

Não (prefixo) – Este prefixo negativo, que se junta com hífen, pode perfeitamente ser empregado quando não exista o composto equivalente formado com os prefixos *in* ou *des*. Não é novidade um advérbio a modificar substantivos: *quase* criança, *só* dinheiro, *somente* Cabral, é *muito* homem. Daí os compostos de *não*, inteiramente aceitáveis e necessários: *não-combatente*, *não-cumprimento*, *não-eu*, *não-euclídiano*, *não-execução*, *não-filha* (enteada), *não-filho* (enteado), *não-intervenção*, *não-brasileiro* (Webster apresenta quase três mil compostos formados com o prefixo *non*, que em inglês só se faz acompanhar de hífen quando o vocábulo a que se junta é escrito com maiúscula).

Segundo Melo (1980, p.52), muitos linguistas consideram a *prefixação* como um tipo de composição. Entretanto, ele não concorda com essa posição pelo fato de os prefixos serem elementos sem vida própria na língua. Além disso, o autor salienta que, na palavra resultante de uma derivação prefixal, percebe-se claramente a relação de parentesco entre a palavra derivante e a derivada, diferentemente do que ocorre com a composição em que, muitas vezes, o significado da palavra composta é completamente dissociado das noções expressas pelas bases componentes, a exemplo de *sempre-viva* (flor) e *criado-mudo* (móvel).

Para Said Ali (2001, p. 172), a derivação toma palavras existentes e lhes acrescenta certos elementos formativos com os quais adquirem sentido novo, embora se refiram ao significado da palavra primitiva. Mais adiante, completa:

Elementos formativos [...] que se colocam antes da palavra derivante, se chamam prefixos; tal processo é o da derivação prefixal. Mas os prefixos são, na maior parte, preposições e advérbios, isto é, vocábulos de existência independente, combináveis com outras palavras. **Equivale isto a dizer que não está bem demarcada a fronteira entre a derivação prefixal e a composição.** [destaques nossos] .

Por outro lado, Cegalla, em seu *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa* (1996), afirma que o **não** “funciona como elemento negativo em palavras

compostas: *não-agressão, não-alinhado, não-existência, não-intervenção, não-me-toque, etc.* Neste caso, liga-se com hífen ao elemento seguinte.

Por sua vez, Alves (1994, p.15) refere-se ao “não-“ como prefixo ao afirmar que “dentre os prefixos de caráter negativo e opositivo, *anti-* e *não-* revelam-se os mais fecundos quanto à formação de novos itens léxicos”.

5.2 O “não-” no VOLP (2009) e no Houaiss (2009), após o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Em “Nota explicativa” da *Comissão de Lexicologia e Lexicografia da ABL*, tem-se:

[...] sobre os procedimentos metodológicos seguidos na elaboração da 5ª edição do VOLP em consonância com o que dispõe o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e a nota explicativa que lhe serve de adendo como Anexo II, aprovado em Lisboa em 1990, em seu item 15 consta que se decidiu “excluir o emprego do hífen nos casos em que as palavras **não** e **quase** funcionam como prefixo: *não agressão, não fumante, quase delito, quase irmão*.

No parágrafo seguinte, verifica-se a justificativa para esse procedimento:

Está claro que, para atender a especiais situações de expressividade estilística com a utilização de recursos ortográficos, se pode recorrer ao emprego do hífen nestes e em todos os outros casos que o uso permitir. É recurso a que se socorrem muitas línguas. Deste **não** hifenizado se serviram no alemão Fichte e Hegel para exercer importante função significativa nas respectivas terminologias filosóficas: *nicht-sein* e *nicht-ich*, de que outros idiomas europeus se apropriaram como calcos [m.q. decalques] lingüísticos. Não é, portanto, recurso para ser banalizado. [destaque do autor]

Por outro lado, na edição do *Houaiss* (2009, p. 1341), no verbete “não” encontra-se a seguinte observação:

[...] em novembro de 2008, a Academia Brasileira de Letras sugeriu que se passasse a se grafar sem hífen as palavras que no português se iniciavam por *não* empregado como elemento de composição (p.ex., *não-agressão, não-alinhado, não-beligerância, [...]* e outras mais que não nomes de plantas [p.ex. *não-me-deixes*] ou gentílicos [p.ex., *não-me-toquense*], as quais permanecem hifenizadas); por consenso com a ABL, este dicionário passou a registrar as demais palavras compostas com *não* como locuções; o Acordo Ortográfico de 1990 não menciona regra para esse uso.

Diante dessas “observações” apresentadas pela Academia Brasileira de Letras e pelos organizadores do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, ficam bem claras os seguintes aspectos:

1ª A arbitrariedade da Academia Brasileira de Letras, que, unilateralmente, isto é, sem o conhecimento dos demais países signatários do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, resolveu “excluir o emprego do hífen nos casos em que as palavras *não* e *quase* funcionam como prefixo [...]”, já que este item não consta em nenhuma das bases do acordo.

2ª Pelo visto, para essa “exclusão”, a instituição não se baseou em nenhum critério técnico ou linguístico que seja do conhecimento de especialistas e de usuários, em geral, do português do Brasil.

3ª Se, como consta na nota explicativa da ABL, “está claro que, para atender a especiais situações de expressividade estilística [...] se pode recorrer ao emprego do hífen nestes e em todos os outros casos que o uso permitir”, fica evidente que o acordo não cumpre o seu objetivo precípua, que é o de unificar a ortografia da língua portuguesa. O que transparece é que a exclusão do hífen, nesse caso, não tem nada a ver com questões linguísticas.

4ª Se a Academia Brasileira de Letras “sugeriu” aos organizadores do *Dicionário Houaiss* “que se passasse a grafar sem hífen as palavras que no português se iniciavam por *não* empregado como elemento de composição [...]”, é porque essa sugestão não deve ter-se baseado em nenhum critério linguístico.

5ª Se, como consta na “nota explicativa” da ABL, o *não-* é tratado como “prefixo”; e na “observação” do *Houaiss* (2009), é tratado como “elemento de composição”, isso prova que não se chegou a um acordo quanto à classificação deste elemento antepositivo, no processo de formação de palavras.

Dessa forma, em face de tantas controvérsias verificadas entre os compêndios normativos e os normativistas, em geral, talvez uma forma coerente de solucionar essa questão seja postular a gramaticalização do morfema como prefixo homônimo do advérbio “*não*”. Assim, tal elemento passaria a integrar o quadro de prefixos do português e as palavras que o têm como elemento formador seriam derivadas por prefixação.

Tradicionalmente, os prefixos são definidos pelas gramáticas normativas como formas presas e isso significa dizer que não ocorrem isoladamente na língua. Colocam-se à esquerda de uma base, para formar palavras derivadas, e sua função é modificar o sentido desta base, adicionando nova informação àquela que constitui o sentido básico da palavra primitiva, tal como em *montar/desmontar*; *fiel/infiel*, etc., sem deixar de manter uma relação de sentido com o radical da palavra primitiva.

Para Rocha (1999, p. 151), os prefixos, de modo geral, têm identidade fonológica, semântica e funcional e caracterizam-se pelo fato de serem geralmente formas presas que podem se unir tanto a bases livres, como em *re-fazer*, como a bases presas, como em *in-vadir*, *e-vadir*. Além disso, a presença do prefixo não muda a classe de palavras da base a que se agregam.

5.3 Análise dos dados

Os oitenta dados que constituem o *corpus* desta seção foram extraídos dos dicionários *Houaiss da Língua Portuguesa* (2001) e *Aurélio – Século XXI* (1999), os quais estão assim distribuídos:

- *não* + *adjetivo*: 49
- *não* + *substantivo*: 20
- *não* + *pronome* + *verbo*: 3
- *não* + *verbo*: 3
- *não* + *pronome*: 1
- *não* + *verbo* + *pronome* + *verbo*: 1
- *não* + *verbo* + *pronome*: 1
- *não* + *pronome* + *verbo* + *prep.* + *pronome*: 1
- *não* + *pronome* + *adjetivo*: 1

Com base nos dados do *corpus* indicado, pode-se formular as seguintes generalizações acerca do morfema *não*-:

a) o morfema *não-* pode ser substituído, na maioria dos contextos, pelos prefixos *des-*, *i-* e *in-* sem alterar as estruturas morfosintática e semântica das palavras/vocábulos, conforme se segue:

- *não-alinhado/desalinhado*;
- *não-alinhamento/desalinhamento*;
- *não-cumprimento/descumprimento*;
- *não-ligado/desligado*;
- *não-padronizado/despadronizado*,
- *não-engajado/desengajado*;
- *não-letrado/iletrado*;
- *não-natural/inatural*;
- *não-formal/informal*;
- *não-existente/inexistente*;
- *não-existência/inexistência*;
- *não-conformismo/incoformismo*;
- *não-conformista/inconformista*;
- *não-discriminação/indiscriminação*.

b) forma sintagma com as bases a que se agrega;

c) agrega-se a uma forma livre de modo a prevalecer a sincronia;

d) não altera nem a grafia, nem a fonologia da base;

e) não altera a classe gramatical da base, ao agregar-se a ela;

f) não permite derivação, por não ser uma base;

g) liga-se à base por meio de hífen, pelo fato de ser tônico, assim como os prefixos *pré-*, *pós-* e *pró-*;

h) não pode ser base (raiz), como não possui significação externa.

j) pode substituir, sem prejuízo semântico, os espaços ocupados pelos tradicionais prefixos negativos *a-*, *des-*, e *in-*;

k) pode ser empregado supletivamente em contextos que não são contemplados pelos prefixos *a-*, *des-*, e *in-*, conforme exemplos a seguir:

- *não-agressão* (não + subst.): *desagressão, *inagressão;
- *não-empresarial* (não + adj.): *desempresarial, *inempresarial;
- *não-ficção* (não + subst.): *aficção, *desficção, *inficção;
- *não-singular* (não + adj.): *assingular, *dessingular, *insingular;
- *não-cumprimento*: (não + subst.): *acumprimento, *incumprimento.

Apesar disso, a recíproca não é verdadeira: os prefixos *a-*, *des-*, e *in-* não contemplam, sem prejuízo de sentido, os espaços ocupados pelo *não-*. Isso se deve ao fato de que tais prefixos acrescentam algumas nuances ao significado da base, ao passo que o *não-* demonstra neutralidade. Veja esses exemplos:

- *não-humano x desumano*:

Em *não-humano*, há apenas a negação do significado da base “humano”, porém não se pode afirmar que *desumano* expressa o mesmo sentido, uma vez que, além da negação, há conotação de um traço “agentivo” – uma ação praticada por alguém.

- *não-útil x inútil*

Imagine-se a seguinte situação: sabe-se que o sábado é considerado um dia *não-útil*, entretanto, não se pode afirmar que se trata de um dia inútil. O primeiro indica certa neutralidade de sentido, apenas se nega o sentido da base “útil”. Já *inútil*, além da negação, possui um traço pejorativo, que corresponde a algo “sem valor”, vão.

O morfema *não-*:

l) não expressa reversão, isto é, o ato ou o efeito de (se) reverter, de retroceder, voltar ao ponto de partida, tal como ocorre com o *des-* em formações como: *desalinhado*, *desalinhamento*, *descompartilhado*, *desengajado*, *desengajamento*, *desligado*, etc.;

m) é empregado geralmente na formação de termos técnicos ou em linguagem jornalística, ou qualquer outra desprovida de expressividade e/ou de afetividade, em virtude do caráter semântico de neutralidade;

- n) geralmente se apoia em bases abstratas, nos modelos *não-* + *substantivo* ;
- o) apoia-se em adjetivos derivados de verbos, nos modelos *não-* + *adjetivo*;
- p) associa-se a *verbo* e isso tem como resultado substantivos abstratos.

Com base nos dados e nos argumentos apresentados ao longo deste capítulo e, principalmente, levando-se em consideração os diversos posicionamentos de renomados especialistas brasileiros sobre o assunto em questão, parece ser legítimo postular a classificação do *não-* como prefixo. Corroborando essa ideia, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001) registrou duas entradas: *não-* e *não*, considerando, assim, essas duas formas como verbetes distintos.

“Trata-se, portanto, de itens lexicais distintos, que apresentam funções diferentes. Sabemos que palavras que apresentam funções distintas são palavras diferentes”. (ROCHA, 1999, p.152)

Assim, estamos diante de um prefixo bastante produtivo no português do Brasil, notadamente dos anos 90 do século passado para cá. A alta produtividade deste morfema talvez se deva à sua “plurissemia”: negação, ideia contrária, oposição, ausência, falta, etc.

O *não-* não se aglutina às bases a que se liga em virtude do ditongo nasal /ãw/, tal como ocorre com os antepositivos *além*, *aquém*, *recém*, *grão*. Essa torna-se a razão mais convincente para se considerar a pertinência do emprego do hífen nas construções com o morfema.

Apesar das opiniões e dados aqui apresentados, é necessário que sejam realizadas pesquisas mais aprofundadas, a fim de se estabelecer definitivamente a verdadeira natureza linguística e gramatical do *não-* e também a pertinência do uso do hífen nas formações que envolvem esse morfema.

CONCLUSÃO

As pesquisas para a elaboração deste trabalho permitiram confirmar a hipótese de que empregar o hífen em textos escritos em língua portuguesa não é uma tarefa fácil, muito pelo contrário.

Constatou-se que, de modo geral, as regras sobre o emprego do hífen são muito subjetivas, em virtude do emprego de termos e/ou expressões como: “certos compostos”; “em certa medida”; “salvo exceções já consagradas pelo uso”; “uma unidade sintagmática e semântica”; “em muitos compostos”; “em formações nas quais o segundo elemento perdeu o h”; “quando a pronúncia exige a distinção gráfica”, entre outras. Além disso, muitas delas são reticentes e terminam, como afirmou Bechara (2008) “num desconcertante *etc.*”, sem falar nas imprecisões, nas ambiguidades e nas arbitrariedades, tal como a que ocorreu em relação à exclusão do hífen em palavras com o morfema “não-“, como *não-aceitação*, *não-revolucionário*, etc. No grupo, incluem-se também casos como a retirada do hífen de palavras como *pé-de-moleque* (doce); *pé-de-cabra* (ferramenta), e outras tantas. Neste caso, ainda ficaram grafadas com hífen algumas palavras que, segundo o texto do *Acordo*, são “consagradas pelo uso”.

Há também, no *Acordo*, incoerências como a grafia de *paraquedas*, sem hífen, mas *para-raios* e *para-lama*, com hífen, sem qualquer argumento que justifique isso. O que é pior é que cada consulente se pergunta: por quê? Mas não encontra a explicação para este, nem para todos os outros casos de dúvida. Um dos exemplos mais gritantes de incoerência do VOLP refere-se ao fato de, no texto do *Acordo*, constar a palavra *co-herdeiro*, com hífen (p. XXVII, letra h) e depois, na página 201, ler-se *coerdeiro*, sem hífen e sem “h”.

Enfim, o conjunto de fatos apontados neste trabalho torna o emprego do hífen uma tarefa muito difícil para todos aqueles que redigem e revisam textos em língua portuguesa. Isso significa que as regras do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)* precisam ser revistas, principalmente as que dizem respeito ao emprego do hífen, caso contrário o Brasil terá de conviver com uma língua que possui várias ortografias.

Assim sendo, mesmo havendo divergências entre dicionaristas, gramáticos, linguistas e o texto do VOLP, como se apontou no decorrer deste

trabalho, recomenda-se aos usuários da língua em geral, e, principalmente, aos revisores de texto, aos advogados, às secretárias, enfim, a todos aqueles que escrevem diariamente, que consultem sempre mais de uma fonte na hora de escrever as palavras sobre cujas grafias têm dúvidas. Entre os dicionários, recomenda-se utilizar, em primeiro lugar, o *Dicionário Houaiss*; em segundo lugar, o *Caldas Aulete*, ainda que seja o *Digital*, e, em último caso, o *Aurélio*, que pareceu ser o menos criterioso quanto às questões discutidas neste trabalho. O *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – VOLP*, ainda que com as inúmeras impropriedades apontadas, não deixa de ser uma fonte de consulta, até mesmo por ser teoricamente a ortografia “oficial” da língua portuguesa.

Ainda que este seja um trabalho modesto, espera-se que ele possa contribuir de alguma forma para “engrossar” as discussões com vistas ao aprimoramento das normas ortográficas na língua portuguesa, principalmente quanto ao emprego do hífen e, além disso, para a reflexão de revisores de texto quanto à busca de fontes confiáveis de consultas na hora de escrever os seus textos, para que não confiem em qualquer fonte, porque revisão de texto é um trabalho sério que será tanto mais valorizado quando maior for o rigor de seus profissionais.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA Brasileira de Letras. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.
- ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8.ed. [rev. e atual. por Mário Eduardo Viaro]. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2001.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes. *Dicionário de questões vernáculas*. São Paulo: Ática, 1996.
- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. 2.ed. São Paulo, Ática, 1994.
- _____. *Prefixos negativos do português falado*. In: ILARI, R (Org.). *Gramática do português falado: níveis de análise linguagem*. Campinas: Contexto, 1998.
- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 2010. Disponível em: www.auletedigital.com.br. Acesso em: 10 jun. 2012. 21:00
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1995.
- BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. 8.ed. São Paulo: Ática, 2010.
- BECHARA, Evanildo. *A nova ortografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CAMARA JÚNIOR, J. Matoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

CAMARA JÚNIOR, J. Matoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CAMPOS, Lucas Santos. *A gramaticalização do “não” com prefixo no português brasileiro*. Salvador: UFBA, 1999. (Dissertação de Mestrado)

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CORREIO Braziliense. Exposição de obras de arte. Diversão & Arte. Brasília-DF. Número 17.825 p. 23, 28 mar. 2012.

CORREIO Braziliense. Estudantes reclamam da falta de estrutura física da Câmpus da UnB, em Ceilândia. Cidades. Brasília-DF. Número 17.847, p. 26, 19 abr. 2012.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008b.

DOLINSKI, J. Tadeu. *Aspectos morfossintáticos, semânticos e estilísticos dos prefixos negativos na formação de palavras em português*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1993. (Dissertação de Mestrado).

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. *A formação de palavras por prefixo em português*. Fortaleza: EUFC, 1999.

DUBOIS, Jean *et. alii*. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1993.

EXTRA online. Consórcios: mercado cada vez mais competitivo. Economia. S. Paulo-SP, jun. 2012. Disponível em:

<http://br.bing.com/search?q=Extra+online&form=MSNH558x=19>. Acesso em: 11 jun. 2012. 13:20

INSTITUTO Antônio Houaiss. *Escrevendo pela nova ortografia: como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5.ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GOMES, Tânia Vieira. *Os nomes compostos em português*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2005.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *A nova ortografia: o que muda com o acordo ortográfico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

JORNAL de Santa Catarina. *Tarifas bancárias: alta no valor das tarifas*. Florianópolis. 20 jun. 2012. Disponível em: < <http://www.clicrbs.com.br/economia/sc/jsc/capa>, 5, 0,0,0, capa.html. Acesso: 20 jun 2012. 10:15

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEDUR, Paulo Flávio. *Guia prático da nova ortografia*. 2.ed. Porto Alegre: AGE Editora, 2008.

LUFT, Celso Pedro. *Grande manual de ortografia globo*. 5.ed. São Paulo: Globo, 1997.

LUFT, Celso Pedro. *ABC da língua culta*. São Paulo: Globo, 2010.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

MARTINS, Eduardo. *Uso do hífen*. São Paulo: Manole, 2006.

MERCADO Bancário. Recebimento de benefícios do governo pelo telefone móvel. São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2012/04/11>.
Aceso em: 11 abr. 2012. 12:15

METRO. Redução dos juros da casa própria. Taxas menores. São Paulo, jun. 2012. Disponível em: <http://metropolitano/economia/2012/06/04>. Aceso em: 04 jun. 2012. 20:40

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4.ed. Campinas: Pontes, 2002.

O GLOBO. Fundos rendem menos que poupança. Economia. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/...investem-em-fundos-que-rendem-menos-que-poupanca-5110884.html>. Aceso em: 04 jun. 2012. 09:35

O POPULAR. População não bancarizada. Economia. Goiânia-GO, jun. 2012. Disponível em: <http://www.opopular.com.br/noticias/economia/2012/06/19>. Aceso em: 13 jun. 2012. 22:49

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 34.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1997.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do português*. 2.ed. Campinas: Martins Fontes, 2008.

SANDMANN, Antônio J. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor, 1989.

SILVA, Alba Valéria Tinoco Alves. *Metáfora e metonímia: o traço de união entre os compostos*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2002.

SILVA, Maurício. *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda*. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, Rosane Garcia. *O uso da palavra prosódica por falantes do português brasileiro: implicações na ortografia de palavras prefixadas*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2006.

UOL. Seguros de vida: comodidade para os clientes. Economia. São Paulo-SP, jun 2012. Disponível em: <http://economia.uol.br/ultimasnoticias/redação/2012/06/19>. Acesso em: 19 jun. 2012. 09:45